

*João de Roxas de Azevedo do meu Concelho, e Chanceler-Mór destes meus Reynos, e Senhorios, a faça publicar na minha Chancelaria, aonde similhantes Leys se costumão publicar, e enviar logo a copia della, sob meu sello, e seu sinal, a todos os Corregedores, Ouvidores das Comarcas destes Reynos, e aos Ouvidores das terras de Donatarios em que os Corregedores não entraõ por correição, para que a todos seja notorio; a qual se registrarà nos livros do Dezembargo do Paço, nos das Casas da Supplicação, e do Porto, onde similhantes Leys se costumão registrar, e a propria se lançarà na Torre do Tombo. Miguel Vieyra a fez em Lisboa a vinte e seis de Outubro de seiscentos oitenta e seis. Francisco Galvão a fez escrever.*

## REY.

**P** Or Decreto de Sua Magestade de 26. de Outubro de 1686.

*João Lamprea de Vargas.*

*Diogo Marchão Themudo.*

*João de Roxas de Azevedo.*

LEX SUPER MONCTARUM AUGMENTUM.

## DOM PEDRO

POR GRAC, A DE DEOS REY DE PORTUGAL, E DOS Algarves dàquem, e dàlem Mar em Africa, e de Guinë, e da Conquista, Navegação, Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a vós

que Eupassei ora huma Ley, por mim assinada, e passada por minha Chancelaria: da qual o traslado he o seguinte.

6 **D**OM Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves dàquem, e dàlem Mar em Africa, Senbor de Guinë, e da Conquista, Navegação, Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que desejando dar remedio aos damnos, que actualmente padecem meus vassallos na reducção das moedas de prata cerceadas, e nas de ouro das fabricas antigas, que mandei correr a pezo, em quanto senão reduziaõ, fui servido resolver que a moeda se levantasse vinte por cento mais ao valor porque corria, cedendo toda esta mayoria em conveniencia, e utilidade de meus vassallos: E assim desde o dia da publicacão desta Ley em diante ficarão correndo nestes Reynos, Senhorios, e Conquistas as moedas atègora fabricadas com vinte por cento de ventagem, na maneira seguinte: As moedas de ouro das fabricas novas de quatro milreis, a quatro mil e oitocentos, as meyas moedas de dous milreis, a dous mil e quatrocentos os quartos de dez tostoens, a mil e duzentos reis. Das moedas de ouro das fabricas antigas, que mandei correr a pezo, correr à a oitava a mil e quinientos reis, a onça a doze mil reis, e o marco a noventa e seis mil reis, e o grão a vintem; e correspondendo nas moedas de ouro da fabrica nova a oitava a mil e seiscentos reis, a respeito do maior valor extrinseco com que sabem da Casa da Moeda, senão dà mais valor, que o intrinseco de mil e quinientos reis por oitava nas moedas das fabricas antigas, que se mandaõ correr a pezo; porque como precisamente se haõ de reduzir, virião a perder as partes na reducção toda a mayoria, que agora se lhe dèsse, porque essa mesma se lhe diminuiria na senhoriagem, e braceagem do seu lavor. As moedas de cinco tostoens, a seiscentos reis, as de duzentos e cincoenta reis, a trezentos reis, as de cruzado, a quatrocentos e oitenta reis, as de dous tostoens, a duzentos e quarenta reis, os tostoens a cento e vinte reis, os quatro vintens a cem reis, os meynos tostoens a sessenta reis, os dous vintens a cincoenta reis, e os vintens pelo mesmo que corriaõ. E por se evitarem os embaraços, que resultão ao commercio, de não correrem neste Reyno patacas de menos pezo, que de sette oitavas, correrão todas as patacas, meyas patacas, reales dobrados, e singellos de qualquer fabrica, que sejaõ, a respeito de cem reis a oitava, ficando nas suas quantidades, como moeda corrente. E por ser conveniente, que o ouro fique igual com a prata, proporcionando-se o valor intrinseco dos onze dinheiros da prata aos vinte e dous quilates do ouro, se pagarà na Casa da Moeda desta Cidade, e na do Porto, o marco de ouro por noventa e seis milreis, a onça a doze milreis, e a oitava por mil e quinientos reis, e a este respeito os grãos. O marco de prata a seis milreis, a onça a sette-

a settecentos e cincoenta reis, e a oitava, e graons respectivamente. E por não ser justo que fique no arbitrio dos Ourives a ley, que deve ter o ouro, e prata, que lavraão, não sabendo as pessoas que compraão estes metaes, o preço, que corresponde ao valor intrinseco da sua ley, o ouro, que se lavrar na Rua dos Ourives será de vinte quilates, e meyo, e se pagarà a oitava a mil e quatrocentos reis, a onça a onze mil e duzentos reis, o marco a oitenta e nove mil e seiscentos reis, e os graõs a este respeito. A prata lavrada terá de ley dez tinbeiros e seis graõs, e se pagarà o marco a cinco mil e seiscentos reis, e as onças, oitavas, e graõs respectivamente; o que se observarà sem embargo do Regimento da Casa da Moeda, e de outras quaesquer Leys em contrario. E ao Senado da Camara ordeno faça dar a fórma, que lhe parecer mais conveniente, para que assim se execute. E porque sendo esta Ley sómente fundada na utilidade publica, em beneficio de meus Reynos, e vassallos, se deve obviar todo o prejuizo, que della lhes pôde resultar, para quem em todo, nem em parte venha a ter contrario effeito a mente, com que fui servido mandalla estabelecer, se declara, que todas as dividas contrahidas, e contratos celebrados antes da publicação desta Ley, se haõ de entender, e praticar, como se depois della se contrahissem, e celebrassem, cedendo sempre a favor dos devedores a utilidade do levantamento da moeda, para que assim se evitem as molestias, e perturbaçoens, que podiaõ nascer das duvidas, e demandas, que se movessem sobre a interpretação desta Ley, se lhe faltasse esta declaração. E para melhor observancia das Leys, que se tem publicado sobre a prohibição da moeda cerceada, se declara novamente, que todas as moedas de ouro, e prata, sem excepção de alguma, de qualquer fabrica que sejaõ, ficaõ prohibidas, sendo cerceadas, e comprehendidas na disposição, e penas das Leys, que sobre esta materia se tem publicado; o que sómente senaõ entenderà nas moedas, meyas moedas, quartos de ouro das fabricas antigas, patacas, meyas patacas, reales dobrados, e singellos, que mando correr a pezo, na fórma referida nesta Ley: E os transgressores della incorrerãõ nas penas estabelecidas nas Leys do Reyno. E esta Ley se cumprirá taõ inteiramente como nella se contêm: a qual se publicará na Chancelaria Mór, e se enviarà a copia della pelas Comarcas na fórma acima dita, e se registrarà no livro da Mesa do Desembargo do Paço, Casa da Supplicação, e Relação do Porto, e nos mais Tribunaes desta minha Corte, aonde similtantes Leys se costumaõ registrar. Thomàs da Silva a fez em Lisboa a quatro de Agosto, Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e oitenta e oito. Francisco Pereira de Castelbranco a fez e escrever.

R E Y.

Monteiro Mór P.

**L**ey porque V. Magestade manda, que as moedas de ouro, e prata das fabricas novas, e antigas, corraõ na fórma que nesta Ley se declara, e se observe o mais que nella se refere.

Para V. Mag. ver.

**P** Or Decreto de S. Magestade de 3. de Agosto de 1688.

João de Roxas e Azevedo.

## LEX CIRCA MONETARUM EMPTIONEM.

## DOM PEDRO

POR GRAC, A DE DEOS REY DE PORTUGAL, E DOS Algarves dàquem, e dàlem Mar em Africa, e de Guinë, e da Conquista, Navegação, Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber à vòs

que Eu passsey ora huma Ley por mim assinada, e passada por minha Chancelaria, da qual o traslado he o seguinte.

7 **D**OM Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves dàquem, e dàlem Mar em Africa, Senhor de Guinë, e da Conquista, Navegação, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que por haver mostrado a experiencia, que o crime do cerceyo da moeda se continua neste Reyno, e se facilita, por haver pessoas, que tendo dinheiro bom por cercear, o vendem com avanços, e por mayor preço do que vale, os mesmos cerceadores, que pelo mayor interesse, que delle tiraõ, o pagaõ com grande ventagem, e maioria; e ser conveniente, que se evite tudo, o que póde ser meyo para se continuar hum delito taõ prejudicial à Republica: Hey por bem, e mando, que toda a pessoa, que da publicação desta Ley em diante vender, ou comprar moeda de prata, ou ouro por mais de seu justo preço, incorra nas mesmas penas, que saõ impostas aos cerceadores della; e assim mando a todos os Ministros, Desembargadores, Corregedores, e mais Officiaes de Justiça, a que o conhecimento disto pertencer, cumpram, e guardem, e façãõ inteiramente cumprir, e guardar esta minha Ley, a qual, para que venha à noticia de todos, mando ao meu Chanceler Mór a faça publicar na Chancelaria, e enviar a copia della sob meu sello, e seu sinal às Comarcas do Reyno, para assim se observar, e se registrar à nos livros do Desembargo do Paço, Casa da Supplicação, e Relaçam do Porto, aonde similtantes Leys se costumãõ registrar. Antonio Vaz de Miranda a fez em Lisboa, a vinte de Mayo de mil e seiscentos e oitenta e oito. Francisco Galvão a fez escrever.

R E Y.

Monteiro Mór P.

**L**Ey porque Vossa Magestade ha por bem, que nenhuma pessoa possa vender moeda por mais do seu justo preço, debaixo das penas impostas aos cerceadores della. Para Vossa Magestade ver.

**P**Or resolução de S. Magestade de 16. de Mayo de 1688. em Consulta do Desembargo do Paço, do primeiro do mesmo.

João de Roxas, e Azevedo.

**F**Oy publicada nesta Chancelaria Mór da Corte, e Reyno, esta Ley, por mim Dom Sebastião Maldonado, Fidalgo da Casa de sua Magestade, e Vedor de sua dita Chancelaria. Lisboa 29. de Mayo de 1688.

Dom Sebastião Maldonado.

LEX

LEX CIRCA AURI ADULTERATIONEM.

# DOM JOAÕ

POR GRAC, A DE DEOS REY DE PORTUGAL, E DOS Algarves dâquem, e dâlem Mar em Africa, Senhor de Guinè, e da Conquista, Navegaçãõ, Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a vds

que Eu passey ora huma Ley por mim assinada, e passada pela minha Chancelaria, da qual o traslado he o seguinte.

8 **D**OM Joaõ por graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves dâquem, e dâlem, Mar em Africa, Senhor de Guinè, e da Conquista, Navegaçãõ, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que sendo-me presente a duvida, que havia na pena, com que deviaõ ser castigadas as pessoas, que commettessem a falsidade de misturar com o ouro em pó, outro qualquer metal, ou genero differente, para ser vendido com engano do comprador: Hey por bem ordenar, que toda a pessoa, que for comprehendida no crime de falsificar ouro em pó, misturando-lhe outro differente genero maliciosamente, se a falsidade, que fizer, chegar ao verdadeiro valor de hum marco de prata, seja castigado com pena de morte, e de confiscaçãõ de todos os seus bens para a Fazenda Real; e se a falsidade não chegar ao valor de hum marco de prata, seja o falsario de gradado para Angola, e se lhe confisque todos os seus bens para a Fazenda Real. E sendo achado algum ouro com a referida mistura, e não se podendo provar quem maliciosamente a fez, seja o ouro confiscado para a Fazenda Real, em qualquer mão, que for achado, sem se impôr outra pena a quem o tiver sem malicia; e havendo denunciante destes delictos, haver à este a metade da importancia do ouro, e bens confiscados. Pelo que mando ao Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação do Porto, Vice-Rey do Estado do Brasil, Governadores das Conquistas, Dezembargadores das Relações, e a todos os Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, e Justiças, Officiaes, e pessoas destes meus Reynos, e Senhorios, cumpraõ, e guardem esta Ley, e a façãõ cumprir, e guardar, como nella se conhêm; para que venha à noticia de todos, e senão possa allegar ignorancia. Mando ao meu Chanceler Mór, ou quem seu cargo servir, faça publicalla na Chancelaria, e enviar o traslado della aos Corregedores das Comarcas do Reyno, e aos Ouvidores das terras dos Donatarios, em que os Corregedores não entraõ por correição; e pelo Concelho Ultramarino se remetter à aos Ouvidores das Conquistas; e a todos mando a façãõ publicar em todas as Villas das suas Correições, e Ouvidorias, e se registrar à nos Livros do Dezembargo do Paço, e nos do Concelho Ultramarino, e nos da Caza da Supplicação, e Relações do Porto, e Babia, e nas mais partes onde similhantes se costumãõ registrar; e esta propria se lançara na Torre do Tombo. Dada em Lisboa Occidental a 17. de Janeiro de 1735.

REY.

LEX

LEX CIRCA A'VERA MONETA ALIQUID SUBTRAHENTES.

# DOM JOAÕ

POR GRACA DE DEOS REY DE PORTUGAL, E DOS Algarves d'aque[m], e d'alem Mar em Africa, Senhor de Guinè, e da Conquista Navegaçaõ, Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber

que Eu passey ora huma Ley, por mim assinada, e passada pela minha Chancelaria, da qual o traslado he o seguinte.

9 **D**OM Joaõ por Graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves d'aque[m], e d'alem Mar, em Africa, Senhor de Guinè, e da Conquista, Navegaçaõ, Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber, aos que esta minha Ley virem, que sendo-me presente, que sem embargo das repetidas Leys, e providencias, com que em diferentes tempos se tem procurado evitar o cerceyo, e mais vicios da moeda: Continuaõ estes no tempo prezente com maior excessõ; principalmente nos dobroens de doze mil e oito centos reis, e seis mil e quatro centos reis, havendo-se descuberto huns vazados, e falsificados na forma, e na materia, e outros cerceados no cordaõ da orla, e por esta causa diminutos consideravelmente no pezo, que devem ter, e dezejando applicar remedio prompto ao damno, que se experimenta, e a talhar todos aquelles meyo[s], que podem facilitar, e dar occasiaõ, a que se continue com tanto prejuizo do bem publico, e commercio de meus Vassallos: Hey por bem ordenar, que senaõ lavrem mais para o futuro dobroens de doze mil e oito centos reis, nem outra alguma moeda, que exceda o valor de seis mil e quatro centos reis, prohibindo tambem, que se lavre de valor de quatro mil, e oito centos reis, pela confusaõ, e enganos, que pòde causar, e que em todas as moedas de ouro, que se houverem de lavar se use em lugar do cordaõ, da mesma sarrilha, que se costumapõr nas de prata, e se esta beleça huma forma de cunho certa, e invariavel para cada huma das especies da dita moeda, aqual serà commu[m] a todas as casas della, sem outra differença mais, que a da nota do lugar, e conta do anno, em que for fabricada; e porque ainda com estas providencias naõ cessarà inteiramente, como he preciso, o damno referido, se ficarem expostas ao perigo de serem cerceadas as moedas, que ainda se achãõ livres deste vicio, e forem obrigadas as pessoas, que as receberem em pagamento ao insupportavel trabalho, que ja experimentaõ alguns de as estarempezando: sou servido, que todas as moedas, que actualmente correm assim, do referido valor de doze mil e oito centos reis, e seis mil e quatro centos reis, como de tres mil e duzentos reis, tanto cerceadas, como por cercear se manifestem em qualquer das casas da Moeda deste Reyno, e do Estado do Brasil, ou nas cabeças das Comarcas perante os Corregedores, ou Ouvidores dellas, conforme for mais commo do às partes, à quem se pagaraõ logo de conta do as moedas cerceadas pelo seu pezo, e valor intrinseco, e as que o naõ forem se recolheraõ para se lhes por a nova sarrilha, entregando-se tambem logo às partes no mesmo acto, outras tantas ja sarrilhadas, para que naõ tenhaõ incommodo, e prejuizo de esperar, que se sarrilhem as mesmas, que derem ao manifesto, as quais seraõ conduzidas com toda a segurança, e brevidade, à custa dos

bens

bens dos Concelhos para qualquer das cazas da Moeda, que ficar mais vezinha, ou para as Cidades de Coimbra, Guarda, Evora, e Tavira, aonde mando remeter engenhos de sarrilhar, para melhor expedição do dito manifesto, o qual, pelo que respeita a esta corte, e Comarcas destes Reynos, se fará dentro do termo de dous mezes, que teraõ principio em cada hum das Provincias, do dia da publicação do Edital, e para às do Estado do Brasil assignaraõ o Vice-Rey, e Governadores, cada hum no seu districto o tempo, que julgarem conveniente, havendo respeito às distancias; e findo o dito manifesto, ordeno, que todas as moedas do referido valor, que se acharem sem a nova sarrilha, posto que não sejaõ cerceadas, fiquem prohibidas, e não possaõ correr, antes sejaõ confiscadas nas mãos, em que se acharem, e toda a pessoa de qualquer qualidade, ou condição, que dellas uzar, ou lhe forem achadas em seu poder, incorrerá nas mesmas penas, que, pela Ley de dezasette de Outubro de mille seis centos e oitenta e cinco, são impostas aos que usaõ, ou retêm moeda cerceada, e os que constar serem comprehendidos no crime de cerceyo, além das penas declaradas na Ordenação do Reyno, incorrerãõ em todas as mais impostas ao crime de moeda falsa, na fórma, que dispoem a dita Ley, e para que possaõ descobrir-se assim os authores do dito cerceyo, como os que se atrevem a fabricar, e uzar das referidas moedas vazadas, e falsas; e o exemplo do castigo, com que forem punidos, sirvaõ tambem de meyo, para se evitar a continuação de tão abominaveis delictos: Mando, que em todas as Comarcas assim destes Reynos, como do estado do Brasil tirem os Corregedores, ou Ouvidores huma exacta devassa dos ditos crimes, e que findo o termo do manifesto, a tirem tambem dos que por qualquer modo faltarem à observancia, do que fica disposto; e em hum, e outro caso, bey porbem, que se possaõ admittir denunciaçoens tanto em publico, como em segredo, dando-se aos denunciantes ametade do confisco, e não os havendo, serà tudo para o Fisco, e Camera Real. Pelo que mando ao Regedor da Caza da Supplicação, Governador da Relação do Porto. Vice-Rey do Estado do Brasil, Desembargadores das ditas Relações, e mais Governadores das Conquistas, e a todos os Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas destes meus Reynos, e Senhorios cumpraõ, e guardem esta minha Ley, e façãõ inteiramente cumprir, e guardar, tudo como nella se conthêm; e para que venha à noticia de todos, e senãõ possa alegar ignorancia: Mando ao meu Chanceler Mór destes Reynos, e Senhorios a faça publicar na Chancelaria, [ou aquem seu cargo servir] e inviar o traslado della, sob meu sello, e seu sinal à todos os Corregedores das Comarcas destes Reynos, e aos Ouvidores das terras dos Donatarios, em que os Corregedores não entraõ por correição, aos quais mando, que a publiquem logo nos lugares onde estiverem, e que a façãõ publicar em todos os de suas Comarcas, e Ouvidorias, e se registrarãõ nos livros do Desembargo do Paço, e nos da Caza da Supplicação, e Relação do Porto, e nos do Concelho Ultramarino, e mais partes, onde semelhantes Leys se costumaõ registrar; e esta propria se lançarà na Torre do Tombo. Dada em Lisboa Occidental a vinte e nove de Novembro de mille settecentos e trinta e dous.

R E Y.

## §. XXII.

**E** Por quanto as Datas, que pertencem à minha fazenda, se deve ter nellas toda a boa arrecadação, e tem mostrado a experiencia os varios descaminhos, que tem havido neste particular, à que he preciso acudir com o remedio, mando ao Superintendente, que ponha na praça as Datas, que pertencem à minha fazenda para se rematarem à quem mais der, e andaraõ em pregaõ nove dias, e o Escrivaõ tomarà os lanços, que cada hum lhes der, e ao mesmo tempo mandarà por todas as partes circũvezinhas por onde se minerar, pòr tambem as ditas Datas em pregaõ, para que venha à noticia de todos, para poderem lançar nellas, e procurarà, que todos possaõ livremente lançar nas ditas Datas, sem respeito algum aos poderozos que farà castigar como merecem, no caso, que por algum modo impidaõ aos lançadores, que quizerem lançar nas ditas datas, fazendo-se sobre isso os auros, que lhe parecerem necessarios, e no caso, que naõ hajaõ lançadores, que lancem preços equivalentes nas ditas Datas, o Superintendente as mandarà lavar por conta da minha fazenda, para o que puxarà por Indios, que lhe forem necessarios, e lhe pagarà por minha fazenda o mesmo, que lhe costumaõ pagar os particulares, quando os servem, e nomearà pessoa, que assista à dita lavra, que tenha boa intelligencia, e procedimento bom, e lhe nomearà hum Escrivaõ, pessoa fiel, e desinteressado, à quem darà por elle hum livro numerado, e rubricado, em que lançara por dias, todo ouro, que na quelle dia se tirar, e quantos Indios no mesmo dia batearãõ, de que farà termo, e assignarà com pessoa, que assistir à dita lavra.

## COMMENTARIUM.

De Cultura Datæ Regi competentis, ac vectigalis exactione.

## Ad §. XXII.

## SUMMARIUM.

- 1 Vectigal ex fodinis Principi debitum quomodo exigendum?
- 2 Conductores vectigalium ex fodinis tanquam publicani habentur, & privilegiis eorum fruuntur.
- 3 Data Regi reservata sub hasta locari debet.
- 4 Subhastatio in alienatione, vel distractione bonorum Principum necessaria fit.
- 5 Et in alienatione, & locatione fiscalium, & vectigalium.
- 6 Subhastatio quando facta censeatur?
- 7 Fiscus officialis fraudis in subhastatione pariceps punitur.
- 8 Ceteri doli participes quibus penis subjiciantur?
- 9 Data Regi competens quibus modis apud Nos ad culturam redigi debeat? & n. 10.
- 11 Dominium per subhastationem in emptorem transfertur, nisi aliter expressum fuerit. & n. 13.
- 12 Fiscus emptores inferioris conditionis esse non debent.
- 14 Quibus sub hasta emere Datas regales prohibitum sit?

**A**D loca illa, seu terræ glebas, qua in fodinis Reges, seu Principes sibi reservare consueverunt, vel ad vectigal ex metallicis debitum exigendum, & inspectionem habendam, ne fiscus eis de fraudaretur, vel metallorum procurator constituebatur, de quo in l. 13. cod. de metall. lib. 11. vel id vectigalis jus percipiendi pro certa pecunia in singulos annos alijs vendebatur, vel locabatur, qui inde quasi à fisco, quid conductum habentes l. 1. §. 1. ff. de publican. publicanorum



- 2 blicanorum nomine, & jure fruebantur. l. 12. §. final. l. 13. in princip. ff. de publican. l. 11. cod. de vectigalib. l. 17. ff. verbor. signif.
- 3 Prædictorum vestigia sequens Legislator noster in præsentatum, per verba Mando ao Superintendente, que ponha na praça &c. fraudibus occurrit, & formam, qua mineralia sua ad culturam redigenda, tradit primò, per
- 4 publicam subhastationem, quia in alienatione, vel distractione bonorum patrimonialium Principum subhastatio requiritur. Mantie. de tacit. & ambig. conventionib. lib. 4. tit. 9. n. 12. Mangil. de subhast. quaest. 34. n. 3. Postb. de subhast. insp. 3. num. 1. & seqq. Senat. Guerreir. de tutorib. lib. 7. cap. 17. n. 4. prout etiam in locatione rerum fiscalium, & vectigalium. l. locatio ff. de public. & vectigalib. leg. penult. cod. eod. tit. de quo Postb. d. inspect. 3. à num. 11. quorum ad initar præsens dispositio procedit.
- 6 Quæ quidem subhastationes tunc ritè, ac rectè factæ censentur, quando solemnitates à jure, in hoc que §. sancitæ, observatæ fuerint, nulla fraude, seu collusione, vel pretii exiguitate interveniente, aliàs irritæ erunt, & officialis fisci fraude particeps multabitur.
- 7 argumento text. in l. 3. §. Divi. ff. de jur.

fisc. l. si quos. de rescind. vendit. leg. 1. §. 3. cod. de vendit. l. 2. cod. de fid. instrument. & jure haste fiscal. l. 10. Gam. decis. 40. à n. 6. Per. ad tit. cod. de fi. instrum. n. 18. Senat. Guerreir. d. cap. 17. n. 21. quibus nixus optimè progreditur §. noster in verbis ibi- Eprocurará, que todos possão 8 livremente lançar sem respeito algum dos poderosos, que fará castigar- uti in simili refert de jure Hassiac, & Boem. laudatus Krebs. d. 2. p. clas. 3. sect. 9. §. 16. ibi- Metallorum mercatoribus severè subpena infamiae, ac confiscationis omnium bonorum interdicitur, ne pro consuetudine ampliùs inter se conveniant, & clam paciscantur de pretio non nisi eerto, & minori, quam aliàs metalla essent valitura, solvendo; Idem d. sect. 9. §. 17. n. 4. ibi- Nec non infamiae, ac bonorum confiscationis penam Jubeunt mercatores metallorum, de minorum pretio illicitè inter se paciscentes. Non puto tamen, ita severè ad versus delinquentes juxta terminos nostri §. procedendum, sed Judicis arbitrio puniendos fore.

E no caso, que naõ haja lançadores &c. Ecce alia provisio, qua mineralia Regia ad culturam rediguntur; aliaque adest in Decreto tenoris sequentis.

**D** Ezembargador Jozeph Vas Pinto, eu El Rey vos envio muito saudar: Fazendo-se-me presente pelo meu concelho Ultramarino as duvidas, que se vos offerecem à varios Capitulos do Regimento, que mandei fazer para delles usares na Superintendencia das Minas do Ouro, de que vos tenho encarregado; e mandados ver em junta particular, por reconhecer, como apontais, a impossibilidade, e grande prejuizo, que resultará à Fazenda Real de se minerar as Datas por conta da mesma Fazenda, quando senaõ possão rematar por lançaõ conveniente, como dizo Capit. 22. do dito Regimento, me parece conveniente ordenar-vos, que no caso supposto de naõ se achar pessoa, que queira lançar nas ditas Datas preço conveniente, as deis à quem as fabrique de meias fazendo os gastos em minerallas todas por sua conta; e do ouro, que se tirar, a metade para elles, e a outra para a Fazenda Real, e para se minerar estas Datas na referida forma, as dareis à pessoas, que forem de melhor consciencia, e de mayor credito, e de quem entenderes podeis fiar conrespondaõ pela sua parte com a fidelidade, que se deve, e com esta declaraçãõ mando se observe o dito Cap. 22. do dito Regimento. Escrita em Lisboa a 7. de Mayo de 1703

REY.

i Per

- I** Per has subhastationes, in dubium revocari nequit, dominium in emptores transferri, sicut per alias Datas metallarijs concessas jam diximus;
- I**2 ne filii emptores inferioris conditionis sint, prout in simili terminantèr ait laudat. *Krebs. d. clas. 3. sect. 5. §. 1. num. 1. & seqq. & §. 4. nihiliter expressum fuerit*
- I**3 *Krebs. d. §. 4. qui §. 2. ait hujusmodi subhastationes, seu locationes fodinarum, ad regalia spectantium, Officiali metallico, cognatis, vel amicis suis fieri nefas esse.*

## §. XXIII.

**T** Em succedido haver algumas duvidas entre os descobridores, que descobrem o rio principal, e outros, que descobrem alguns riachos, que vem dar no primeiro, que se descobrio; em tal caso sendo os riachos pequenos, pertencerão estes descobrimentos ao primeiro descobridor, que descobrio o rio principal, porèm se os taes riachos forem grandes, posto que venhão dar no rio principal, ja descoberto, este então pertencerá à pessoa, que o descobrio, e a Data, que se costuma dar aos ditos descobridores.

## COMMENTARIUM.

De Accessoriis.

Ad §. XXIII.

## SUMMARIUM.

- 1** Cujus est principale, ejus est accessorium.
- 2** Naturam principalis quando accessorium sequatur?
- 3** Amnis quando ad primum inventorem pertineat?
- 4** Amnis quando principalis, vel quando accessorius alterius sit?

**I** N hoc §. decretum ex regula accessorii comprobatur, ejus namque accessorium fit, cui principale concessum est. *l. 2. ff. de juris. omn. judic. Tusch. liter. A. conclus. 77. n. 1. & seqq. cum alijs. Aug. Barbof. axiom. 4. n. 9. qua ratione fulsitur pars prima nostri §. ibi. Pertent-*

*cerão estes descobrimentos ao primeiro descobridor.*

Sed quia naturam principalis accessorium non sequitur, quando accessorium uti principale per se stare potest, vel utrumque principale est, unumque altero separabile. *l. intelligere, & ibi. glos. cod. de luit. pignorum. Cagnol. in l. cum principalis. n. 14. & 15. ff. de regul. jur. Menoch. remed. 6. recuper. num. 45. Idem de præsumpt. præsumpt. 97. n. 7. & 8. lib. 3. Gratian. cap. 893. num. 24. & 25. & cap. 937. n. 25. & passim DD.*

Quando amnis noviter ab alio apertus adeò magnus fuerit, quòd æquè ac principaliter per se stare possit, tunc non primi amnis inventoris erit, sed secundi scrutantis, qua ratione nititur secunda pars nostri §. ibi. *Este então pertencerá à pessoa, que o descobrio & c.*

Quando autem amnis denuò apertus accessorius, vel principalis dicatur; ex magnitudine sua Judicis prudentis arbitrio resolvendum est, ut verba §. præsentis. *Porèm se os riachos forem grandes- probant.*

Omnia, quæ circa inventores in hoc Regimine disposita sunt, & à nobis dicta manent, in favorem hujus secundi inventoris locum habent, & practicanda sunt.

## §. XXIV.

**E** Porque metèm vindo à noticia, que nos ribeiros, que se repartem se achão algumas ensiadas, e pontas, que se repartiraõ athegora pelas voltas, que faz o dito ribeiro, o que he prejudicialissimo, ordeno ao dito Guardamór, que a repartiçaõ, que fizer dos ditos ribeiros a faça pela terra firme, e não pelas voltas dos rios, lançando huma linha recta para a fazer a tal repartiçaõ, e na terra, que ficar fora da quadra para a parte do rio, por causa da volta que faz, se praticarà o mesmo, que fica dito na sobre quadra, que fica para o Sertão das Datas.

COM-

COMMENTARIUM.

De divisionis modo.

Ad §. XXIV.

S U M M A R I U M.

- 1 *Aurum ubi inveniatur, & quod præstantius?*
- 2 *Divisio quomodo facienda quando amnis obliquus fuerit?*

1 **P**linius lib. 30. cap. 4. tribus modis aurum inveniri ait, scilicet, fluminum ramentis, ut in Tago Hispaniæ, Pado Italiæ, Hebro Thraciæ, Pactolo Asiæ, Gange Indiæ: alio modo scrobibus puteorū effoditur, aut ruina montium; sed in fluminibus aurum præstantissimum dicitur, vix tamen invenitur, aut potius si privatis non quaritur, vel illis deest industria scrutandi, vel facultas. *Perez. ad Cod. de metallar. lib. 11. n. 7.* Quibus rationibus egonixus, puto terras fluminibus contiguas præceteris auri fertiliores esse; adeo, quod per rarò inveniatur, nisi fluminum ramentis, quæ sunt terræ, de quibus Regimen hoc sermonem facit.

2 Ut igitur divisio mineraliū æqualiter inter metallarios fiat, peragenda modo in hoc §. præscripto erit, ut omnes fluminis partium participes sint, æquaque commoditate, seu ejus spe frui possint.

3 *Ena terra que ficar fora da quadra &c. tene dicta ad §. 19. hujus Regiminis.*

§. XXV.

**P**ara evitar os descaminhos, que pode haver na minha fazenda, assim nos quintos, como em tudo o mais, que me pertencer, e tocante às Minas, o Superintendente tomarà as denunciações, que se lhe derem, não só em publico, mas tambem, as que se lhe derem em segredo, e em humas, e outras guar-

darà as disposições de Direito, e o que se contêm neste Regimento, como tambem, o que he dado à Alfandega desta Cidade em similhantes denunciações; e as mesmas denunciações poderã tomar os Ouvidores aas Comarcas de S. Paulo, e Rio de Janeiro, no caso, que as partes as queiraõ dar, por lhe ficar mais commodoperante elles, e os livramentos lhe darà o Superintendente, para o que os ditos Ouvidores lhes remeterã os traslados dos autos.

COMMENTARIUM.

Quomodo adversus fraudatores inquirendum sit?

Ad §. XXV.

S U M M A R I U M.

- 1 *Vestigal ex fodinis in qua specie solvendum, & quibus expensis deductis?*
- 2 *Denuntiatio an à querela, vel ab inquisitione differat?*
- 3 *Delatores juramentum subire debent.*
- 4 *Dum sermo de jure fit, de jure nostro Regio intelligitur.*
- 5 *Judex fodinarum quod jus observare debet.*
- 6 *Ex Regimine, vulgò da Alfandega Capitula, ad que Regimen hoc se refert, in lucem afferuntur. & n. seq.*
- 9 *Processus contra defraudatores conficiendus sit?*
- 10 *In causis metallicis jura, prout in cæteris, observanda sunt.*
- 11 *Actor, reus, Judexque adesse debent.*
- 12 *Advocati, & procuratores.*
- 13 *Actor, & reus legitimas, accapaces personas standi in Judicio esse debent.*
- 14 *Reus ejusdem fori esse debet.*
- 15 *Judex fodinarum quæ observare tenentur. & nn. seqq.*
- 18 *Pater simul cum filio, socer cum genero in eodem judicio conjudices esse*

esse non possunt, nec duo fratres.

- 19 In Judicio fodinarum citatione legitime facta opus est.
- 20 Quodo facienda?
- 21 Contumacia rei, vel actoris, quomodo accusanda?
- 22 Quando per se, vel per procuratores adesse debeant litigatores.
- 23 Ferie quoque locum habent.
- 24 Audientia matutino, & non nocturno tempore danda erit.
- 25 Omnes exceptiones reus allegare poterit.
- 26 Reconventionemque uti.
- 27 Litis contestatione opus est.
- 28 Furamentoque calumnia.
- 29 Reus negare, vel confiteri tenetur.
- 30 In confessum nullæ Judicis partes sunt nisi in condemnando.
- 31 Ut confessio legitima sit, confitens personam legitimam habere debet.
- 32 Non metu, non errore, sed ex certa scientia facta.
- 33 Circa eandem litem, seu rem in Judicio deductam, modoque directo facta esse debet.
- 34 Si reus negat, tunc probationibus, & ad eam conficiendam induciis opus est.
- 35 Probationes concludentes esse debent impertinentibus rejectis.
- 36 Per testes, instrumenta, vel præsumptiones fieri possunt.
- 37 In Ultramarinis Ordin. lib. 3. tit. 59. non servatur.
- 38 Quid circa examinandos testes, & similia observandum sit?
- 39 Quando ad juramentum deveniendum sit?
- 40 Quomodo sententia ferenda sit?

**I** Q Vintos- Hoc vectigal, seu quantitas ex illa rudi materia, quæ et foditur absque ulla impensarum deductione debetur. *argum. text. in cap. 7. 22. & 23. de decimis. Franch. decis. 114. n. 1. Amendol. ad Franch. decis. 103. n. 6. Carpzov. Juspr. cons. lib. 1. de fes. 125. n. 15. cū alijs Krebs. d. clas. 3. sect.*

3. §. 2. n. 2. & apud Nos est in terminis. *Ord. lib. 2. tit. 34. §. 4. ibi- Nos pagaraõ o quinto em salvo de todos os custos &c.*

*Tomar à as denunciaçoens &c.* Denuntiatio àn àquerela, vel inquisitione generali differat, sitque diversus ordo delicta denuntiandi? optimè *Senat. Ribeir. relat. 3. à n. 6. Peg. tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 11. §. 3. glos. 4. à num. 1. & ad tit. 15. glos. 2. n. 7. & tom. 6. ad tit. 84. lib. 1. glos. 28. licet Peg. d. tom. 3. d. glos. 4. n. 1. asserat delatores aliquando juramentum subire, aliquando verò non, attamen sub juramento dari, ac recipi debere arbitror, in uluque forense praticum video.*

*Guardar à as disposiçoens de Direito &c.* Jus nostrum Regium intelligitur, cum enim quilibet in suo Regno Princeps superiorem non recognoscens de suis legibus, vel de jure simpliciter sermonem facit; intentio Principis circa jus sui proprii Regni versatur, de eoque sermo suus intelligitur, exclusa omni dispositione juris communis. *Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. glos. 11. seu in veritate 8. n. 6. & nos diximus cogit. 71. n. 4.*

Igitur nostri fodinarum Judices hoc Regimen, & Ordinationes hujus Regni, Regimen, vulgò- *Foral da Alfandega*- & posthæc consuetudines circa materiam subjectam legitimè præscriptas. *ex Ord. lib. 3. tit. 64.* observare debent.

*Alfandega desta Cidade &c.* Forma circa denuntiationes in relato Regimine, vulgò- *Foral de Alfandega*, patet *ex cap. 97. & 98. tenoris sequentis.*

#### Cap. 97.

**E** Porque muitas vezes acontece fazerem se denunciaçoens ao Provedor da dita Alfandega de mercadorias descaminhadas, e accusaçoens contra pessoas culpadas na pena deste Foral, posto que as ditas mercadorias descaminhadas, e as ditas pessoas culpadas senaõ tragaõ

tragaõ perante elle, quando pela dita maneira se fizerem as similhantes denunciaçoens de mercadorias ao dito Provedor, antes que mande fazer dellas auto, tirarà testimunhas sobre o dito caso, a requerimento das partes, e perguntará, as que lhe os ditos denunciadores apresentarem, e todas as mais, que lhe parecer, que convêm para effeito de se saber a parte, em que estiverem as ditas mercadorias, e constando-lhe por ellas, as mandarà trazer à dita Alfandega, para se dellas fazer auto, como se no Capitulo acima conthêm, e não se achando as ditas mercadorias, querendo os denunciadores accusar os donos dellas, que por razãõ de as descaminbarem, encorrerãõ nas penas deste Foral, o poderãõ fazer ordinariamente perante o dito Provedor, e Officiaes, que procederãõ nos ditos casos conforme em tudo ao dito Foral. Porẽm quando as ditas denunciaçoens forem feitas em segredo, e de casos de muita importancia, e graves, e dos declarados no Capitulo acima, que o dito Provedor receberà com hum Escrivãõ, da mesa, qual nomear, e devassarà delles, assim por razãõ das mercadorias descaminhadas, como da culpa, q̃ cõmetterãõ, os que as sobnegarãõ aos direitos, e quando os Officiaes da dita Alfandega, e Guardas della accusarem a algumas pessoas, que encorrerem nas penas deste Foral, affirmando ao dito Provedor, que elles virãõ as ditas pessoas cõmetter culpas, pelas quais encorrem nas ditas penas, o dito Provedor pela dita denunciaçoã sõmente poderà mandar prender os culpados para effeito de segurar as quantias, porque forem accusados, posto que para serem condemnados haja de ouvir ordinariamente aos ditos Officiaes, e as ditas partes. Porẽm sendo os accusadores quaesquer outras pessoas do povo, o dito Provedor, e Officiaes os ouvirãõ ordinariamente nas acçoens, que pertenderem; mas denunciando em segredo de algumas pessoas por encorrerem nas ditas penas, o dito Provedor lhe receberà em segre-

do suas denunciaçoens, e perguntará outro si sobre os ditos casos testimunhas para effeito de prender os culpados, e segurar as quantias, por que forem accusados, por fianças de positarias [ como dito he ] e conforme ao dito Foral, mas não para effeito de sentenciar os ditos casos pelas ditas diligencias, e pelos ditos das testimunhas, que sobre elles tirar, por quanto depois de seguras as ditas quantias se accusarãõ, e livrarãõ os culpados por termos ordinarios.

Cap. 98.

**E** Feitas todas as diligencias, que se no Capitulo acima conthêm, e examinando bem os casos pelo Escrivãõ, dos descaminhados, se farãõ autos delles, que seraõ assinados pelo dito Provedor; porẽm antes, que os assine os farà carregar no livro dos descaminhados pela maneira atràs declarada, de que se farà nelle assento, declarando-se o nome do accusador, e o da pessoa, a que accusa, e o que contra elle pede, e se està preso, ou culpado pelo dito caso, ou se deo fiança depositaria, e quem sey fiador, apontando-se o livro, e lugar, em que se fez a dita fiança, e todos os ditos assentos, em que pela dita maneira se carregarem os autos, de que não houver mercadorias na dita Alfandega, seraõ assinados pelo Escrivãõ dos descaminhados, que os fizer para se saber a todo tempo delles, e se pdr em boa arrecadaçoã, o que pelos ditos autos constar, que pertence à minha fazenda: por quanto pelo dito livro da receita, e assentos delle, estaõ obrigados por seus sinaes, os Officiaes, a q̃ se entregarem as mercadorias descaminhadas, como atràs fica declarado, e pela dita maneira hey por bem, que o dito Escrivãõ dos descaminhados seja tambem obrigado a dar razãõ, e satisfaçoã de todos aquelles autos, que fizer por mandado do dito Provedor, de que não houver mercadorias, assinando-os como dito he, e o Escrivãõ da Mesa da dita Alfandega.

Alfandega ser à obrigado a fazer assinar os ditos assentos ao dito Escrivão dos descaminhados, e achando-se alguns assentos, sem por elle serem assinados, sendo por culpa, ou descuido do dito Escrivão da Mesa, que os fez, farà bons os ditos autos, e valia, que importarem por sua fazenda, e faltando algumas mercadorias descaminhadas, depois de serem entregues aos ditos Officiaes, e assinados por elles os assentos do dito livro, ou faltando algum auto, ou autos das denunciaçãoens, e accusaçãoens das penas, depois de ser o assento delles assinado pelo dito Escrivão dos descaminhados, encorrerão os ditos Officiaes huns, e outros em pena de pagarem tudo aquillo, que faltar, do que se lhe entregou, e assinarão, ou sua justa valia por suas fazendas; e o Provedor da dita Alfandega por fim de cada hum annoverà o livro da receita dos descaminhados, e farà por em arrecadação, o que achar por elle, que senão carregou em receita, e arrecadou, conforme à este Foral, fazendo em tudo cumprir, e guardar como se nelle conthêm.

9 Si circa defraudationem vectigalis ex auro debiti delinquens deprehensus fuerit, vel ei ita aurum in commissum cadens apprehensum, processus per impedimenta, vulgò, por embargos, in cæteris verò casibus ordinario modo conficiendus est, juxta formam præscriptam in cap. 103. do Foral da Alfandega, quod pariter hic libet transcribere.

Cap. 103.

**E** Nos feitos dos descaminhados, em que houver partes [estando as mercadorias, que se tomarem, na dita Alfandega] as ditas partes as defenderão por embargos, como se ao prezente usa, para se abreviarem os processos, e senão damnificarem as ditas mercadorias por razão da dilação delles; e tambem o hey assimporbem, por quãto o meu Procurador da dita Alfandega, e as pessoas, que

tomarem as ditas mercadorias, tem sua tenção fundada na dita tomada, e auto que se della fez; e pela dita maneira se defenderão por embargos aquellas pessoas, que actualmente forem achadas commettendo casos, pelos quaes encorrem nas penas deste Foral, sendo porèm prezos por elles, ou soltos por fianças depositarias pela ordem atrás declarada; mas em todos os mais feitos, em que as mercadorias se demandarem por perdidas por denunciação, não sendo tomadas, e nos em que se demandarem penas, não sendo prezos os culpados nellas, como dito he, o dito Provedor, e Officiaes ouvirão as partes ordinariamente conforme à minhas Ordenaçãoens, e como he nos Capitulos atrás fica declarado. Porèm em todos os ditos feitos procederà o dito Provedor o mais summariamente, que for possível, assignando às partes termos breves, e fazendo com effeito cumprir, o que lhes assinar, e em tudo o mais, que por este Foral não for declarado à cerca da ordem do processo dos ditos feitos, e termos delles, guardarà o dito Provedor, e Officiaes minhas Ordenaçãoens: e de todos aquelles, em que houver parte, serão obrigados dar vista ào meu Procurador da dita Alfandega, posto que esteja contratada, e quando os despacharem em final, parecendo lhe, que convém a meu serviço ser presente o dito Procurador ào despacho de alguns, por serem de importancia, os não despacharão sem elle; ao qual mando, que assista à todos aquelles, que lhe o dito Provedor, e Officiaes requererem, e assim à todos, os que lhe a elle parecer, que he necessario ser presente.

Qua omnia jure cohærent, cùm 10 in Judiciis circa personas, vel res metallicas motis, jura sicut in quibusvis alijs causis observari debeant, ut terminanter Krebs. d. clas. 3. sect. 11. §. 1. n. 1. & 2. §. 5. n. 1.

Igitur oportet, ut actor, reus, & 11 Judex adsint, ex quibus principaliter quod libet Judicium constituitur; de in- 12 de

de accessoria puta, Advocati, & procuratores, sicut in cæteris Judiciis intervenire possunt. *Krebs. d. sect. 11. §. 1.*  
 13 *n. 3. §. 8. n. 1. §. 21. & seqq.* Actores, & rei legitimæ personæ qualitates, ut in Judicio esse possint, habere debent. *Krebs. d. sect. 11. §. 2. n. 1.*

14 Reus eisdem fori esse debet, vel ratione personæ, vel causarum metallicarum privilegio. *Krebs. d. §. 2. n. 2. §.*

15 *§. 9. dict. sect. 11.* Unde Judicem competentem esse oportet, qui cuncta, quæ judicium curæ in cæteris causis sunt, observare tenetur. Scilicet, ut in adundo facilis se præbeat, at contemni non patiatur, nec eos, quos judicaturus, in æqualem familiaritatem, & conservationem admittat. *l. 9. §. 2. ff. Offic. Pro*

16 *consulis. l. 19. ff. Offic. Præsid.* ut secundum leges, & approbatas consuetudines metallicas, & secundum æquitatem, observato ordine judiciario præscripto, causas dirimat. *princ. Instit. de Offic. Judic. l. 13. cod. de sentent. & inter-*

17 *locut. omn. Judic.* ut causa satis cognita, & maturo consilio; absque omni præcipitantiâ, & sine ullis effectibus subortis ex superbia, abusu potestatis, corruptionis odio, ac ira nimia, & intempestiva misericordia, amore, gratia, amicitia, metu, levitate, & cognatione, procedat. *leg. 4. ff. de Jud. l. 2. cod. de pæn. Judic. l. 1. §. 1. ff. ad l. cornel. de fals. l. 2. cod. de sentent. ex brev. l. d. l. 19. §. 1. ff. de Offic. Præsid.* terminanter *Krebs. d. sect. 11. §. 5.*

18 Un tē, pater, & filius, focer, & gener, aut duo fratres in eodem Tribunali assumendi, aut tolerandi Judices non sunt. terminanter *Krebs. d. sect. 11. §. 7.*

19 Ut prima processus pars, prout in cæteris perficiatur, citatio Judicis mandato per legitimum nuntium intervenire debet. terminanter *Krebs. d. sect. 11. §. 11. n. 1.* Citatio parti præsentis, absenti ve ad ejus domum faciendâ; juxta præscriptum modum. *per Ord. lib. 3. tit. 1. per tot. Krebs. d. sect. 11. §. 12.*

21 Facta citatione reus obstructus

in Judicio comparere manet, ut ad actionem respondeat, exceptiones suas proponat; si non compareat, ejus contumacia accusari debet, sicut actoris contumaciam reus accusare potest, ut se ab instantia absolvatur, & actor ad expensas condemnatur. *ex Ord. lib. 3. tit. 14. & 15. Krebs. d. sect. 11. §. 14. & §. 24.*

Si Judicium ferat, litigatores per se, vel per procuratores, modo sint habiles, & legitimè constituti comparere possunt, pures quoque litis consortes, quidam per procuratorem, reliqui in propriis personis adesse possunt. *ex Ord. lib. 3. tit. 7. & tit. 29. terminanter Krebs. d. sect. 11. §. 16.*

In iis quoque causis feriarum tempore abstrepitu Judiciorum quiescere oportet. *ex Ord. lib. 3. tit. 18. terminanter Krebs. d. sect. 11. §. 18.* Matutino, & non nocturno tempore procedendum, præbendaque audientia erit, quatenus negotium formam ferat præscriptam. *in Ord. lib. 3. tit. 19. Krebs. d. sect. 11. §. 19. & 20.*

Reus pro sua defensione ante litis veram contestationem exceptiones tum dilatorias, tum peremptorias proponere debet. *ex Ord. lib. 3. tit. 49. & 50. l. c. m. reconventionem uti poterit. ex Ord. lib. 3. tit. 33. Krebs. d. sect. 11. §. 28. 29. & 30. & vide infra ad §. 31.*

Subindè sequitur litis contestatio. *ex Ord. lib. 3. tit. 20. §. 5. & tit. 51.* Post hanc juramentum calumniæ, quod si actor præstare nolit, à causa cadit, si reus recusat, pro confesso, & convicto habendus, observata serie *Ord. lib. 3. tit. 43. Krebs. dict. sect. 11. §. 31.*

Quibus peractis reus negare, vel confiteri tenetur. *ex Ord. lib. 3. tit. 51.* si contetur pro convicto habetur, & condemnandus venit, quia in confesum nullæ Judicis partes sunt, nisi in condemnando. *l. 1. ff. de confess. Ord. lib. 3. tit. 66. §. 9.* Sed à tali persona, quæ legitimam ætatem habeat, in Judicioque esse potest, facta esse debet. *Bruneman. ad l. 6. ff. de confess. n. 8.* Liberè absque omni

omni vi, aut metu, ex certa scientia, sine ullo errore. *Bruneman. ad l. 2. ff. eod.*

33 *tit.* Debetque versari circa eandem litem, seu rem in Judicio deductam, certamvè quantitatem modo directo facta. *Bruneman. ad d. l. 6. n. 1. Ord. d. lib. 3. tit. 51.* Omnia comprobat *Krebs. d. sect. 11. §. 32. & 33.*

34 Si verò reus actionem neget, tunc ad probationes deveniendum, ad quas peragendas, dilationes, seu temporis intercapedines, concedendæ erunt juxta modum præscriptum in *Ord. lib. 3. tit. 54.*

35 Oportet autem probationes concludentes esse, atque in causa, qua de agitur, relevantes, impertinentibus, ac irrelevantibus planè rejectis. *leg. 2. i. cod. de probat. & ibi. DD. Krebs. d. sect. 11. §. 34.*

36 Quæ probationes per testes, vel per instrumenta, vel per sufficientes præsumptiones fieri possunt. *Krebs. d. sect. 11. §. 35.*

37 Et hinc annotare oportet, quòd in partibus ultramarinis *Ord. lib. 3. tit. 59.* quatenus instrumentum publicum ad debita probanda requirit, ex praxi non servatur, & ita ne de hac re certiore reddiderit Magistratus, qui in illa Regione jurisdictionem exeruerunt.

38 Circa admittendos testes, examinandos vè, publicationem eorum, testationum probationem, ac fidem, instrumenta, & præsumptiones à jure disposita observanda veniunt. prout latè comprobatur *laudatus Krebs. d. sect. 11. à §. 35. ad §. 43.*

39 Si probationes non satis concludentes fuerint, juramento vel in litem, vel in probationis adjuvamen locus erit; observata *Ord. lib. 3. tit. 52.* & alijs circa id à jure decretis. *Krebs. d. sect. 11. §. 44.*

40 Post hæc omnia Judex in sententia ferenda omni studio curare debet, ut iusta, & æqua sit, observatis circa id à jure dispositis, sicut in appellatione admittenda: de quo, Deo dante, dicemus *ad §. 31.*

## §. XXVI.

**E**O Superintendente nomearà nas ditas Minas huma pessoa das mais principaes, e abonadas, que nellas assistirem, para ser Thesoureiro dos quintos, ou cousas, que nas ditas Minas se houverem de cobrar para à minha Fazenda, para que haverà hum livro da receita, e despesa, rubricado pelo dito Superintendente, em que se assentaraõ pelo Escrivaõ da Superintendencia todas as receitas, e despesas, que se fizerem, e o mesmo serà também Thesoureiro, do que se hade cobrar, para o sallario dos Ministros, e o dito Thesoureiro tera de ordenado tres mil cruzados, que lhe serà pagona mesma forma, e pelo mesmo rendimento, de que se manda pagar aos mais Ministros, e Officiaes, que assistem nas ditas Minas, e sendo caso, que as ditzimas das Datas naõ cheguem aos sallarios dos Ministros, e Officiaes referidos, se lhes per farãõ por minha Fazenda, e pelos quintos, que me pertençaõ.

## COMMENTARIUM.

## De Thesaurario.

## Ad §. XXVI.

## SUMMARIUM.

- 1 *Thesaurarius fodinarum ex quibus eligendus?*
- 2 *Thesaurarium minus idoneum eligens ex suo tenetur.*
- 3 *Administrator, depositarius, & thesaurarius libros accepti, & expensi conficere, ac exhibere tenentur.*

**N**omearà &c. Agitur hinc de thesaurario, seu publico depositario, quem Judex fodinarum ex divitibus probis, & summa fidelitate conspiciuis eligere tenetur, prout hinc disponitur; & asserit interminis *Krebs. dict. clas. 3. sect. 9. §. 11. n. 2.* aliàs si minus idoneum



neum elegerit, ex proprio tenetur; uti cum alijs comprobatur. *Senat. Guerreir. tom. I. in rub. 1. p. à n. 187. §. lib. 4. cap. 10. à n. 70. §. 85. Idem tom. 3. lib. 7. cap. 6. n. 7. quem & ab eo citatos in tract. 1. lib. 4. cap. 10. §. tract. 4. lib. 6. cap. 11. per tot. consules, cum de quæstionibus circa thesaurarios fermo fuerit.*

3 *Hum libro.* Quilibet administrator, depositarius, thesaurarius libros recepti, & expensi conficere, & exhibere tenetur. *ex l. 4. cod. de susceptorib. lib. 10. ubi Perez. n. 1. l. 5. cod. de exact. tributor. probatur ex cap. 9. 10. 11. 12. §. 13. Regim. rationum, & ex cap. sequent. hujus Regimin. cum multis Senat. Guerreir. tract. de rationib. lib. 4. cap. 11. num. 30. §. 31. §. d. tract. lib. 7. cap. 1. num. 32. probat interminis Krebs. d. clas. 3. sect. 4. §. 2. n. 3. §. 3.*

§. XXVII.

**D**O livro, q̃ hade ter o Guardamôr para a repartição das Datas, parater cuidado de fazer cobrar tudo, o que importar assim a dita Data, que for repartida, para a minha fazenda pelo preço, em que for rematada, como adizima das mais Datas, pass. à para hum livro, que ter à o Thesoureiro Geral das Minas por receita, e lembrança todas as Datas, repartiçoens, que se fizerem com toda a clareza, e na forma, que no livro do Guardamôr se acharem escritas, e nas contas, que der o dito Thesoureiro se far à conferencia de ambos os livros para a melhor justificação das ditas contas.

COMMENTARIUM.

De registro concessionum seu Datarum.

Ad §. XXVII.

SUMMARIUM.

1 Concessionem, seu fodinarum Data in

cathalogum redigi debent, ex quo registro utilitates afferuntur.

2 *Theaurarius fodinarum, sicut & ceteri similes, administratoresque rationem reddere tenentur.*

**T**odas as Datas &c. Hoc etiam intellige de concessionibus metallariis concessis, quod in futurum multum utilitatis adferre poterit, prout notat Krebs. d. clas. 3. sect. 4. §. 2. n. 3. & seqq. ibi. Ut nullo tempore, nullique petenti locationem denegare fas sit, sed ut eam primo petitori pro minima quadam sportula, libens concedat, mutuumque de eadem instrumentum, quid, in quo monte, quibus conditionibus, quo die, qua hora locatum sit, perfici, ac singulis septimanis in presentia juratorum, omnes contractus, & locationes, sicut & collectas, contributiones, dilationes, remissiones, cum omnibus suis circumstantiis in singulari libro per scriptorem distinctim annotari, & consignari curet, nil prorsus valituris omnibus iis absque tali consignatione negotiis, cujus verò consignationis, aut eam duntaxat inspiciendi copia, à scripioribus haud facienda est partibus litigantibus absque præscitu, & consensu Montium Magistri..... In quibus ferè omnibus constitutio Hassiaca æmula est juris metallici Palatini de anno ..... quo jure insuper jubetur montium Magister, ut in instrumento locationis, quo magis evitentur confusiones, & rixæ, exprimat qualitatam fodinæ locatæ..... item ut una vice, uno que locationis instrumento, non plures concedat fodinas.

Et probat. §. 13. nostri Regim.

2 *Enas contas &c.* Ecce generalis obligatio, cui omnes administratores, depositarii, & thesaurarii tenentur. *Hess. de rationib. redd. loc. 10. à num. 66. Peg. in rub. Ord. lib. 2. tit. 51. glos. 1. à n. 1. cum multis Guerreir. de rationib. lib. 6. cap. 11. n. 5. & seqq. ubi latissimè de hac materia, interminis Krebs. d. clas. 3. sect. 9. §. 21.*

k §. XXVIII.

## §. XXVIII.

**E** Porque o dito The soureiro não poderá assistir em todos os ribeiros, elle nomear à dois fieis, se parecerem precisos, para melhor expediente das cobranças, boa arrecadação da minha fazenda, e alivio das partes, e à cada hum se daraõ quimbentos cruzados pela forma acima ditos.

## COMMENTARIUM.

De coadjutoribus thesaurarii.

## Ad §. XXVIII.

## SUMMARIUM.

**I** Thesaurarius an pro coadjutoribus à se electis teneatur? Remissivè.

**I** **N**omear à dois fieis &c. An pro mala administratione à se electorum Thesaurarius eligens teneatur? Vid. *Beler. de decoctorib. debit. fiscalib. tit. 1. quæst. 15. n. 15.* *Golin. de procuratorib. 2. p. cap. 5. n. 2.* *Amala in l. nullus. 60. cod. de Decurionib. lib. 11. n. 43.* *Cyriac. controvers. 519.* *Cancer. 3. var. cap. 12. n. 188.* *Gratian. cap. 395. num. 16. § 517.* *Giurb. cons. 35.* *Otter. de Officialib. 1. p. cap. 4. num. 18. § 19.* *Arouc. alleg. 107. n. 1. 2. § 3.* *Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 51. in princip. n. 21. § 22.* *§ ad lib. 1. tit. 56. n. 6. § 7.* *Guerreir. de inventar. lib. 4. cap. 10. à n. 85.*

## §. XXIX.

**E** Para a boa arrecadação dos quintos, que pertencerem à minha fazenda, todo o ouro, que sahir das ditas Minas, sahirá com registro, para o que o Superintendente terá hum livro por elle rubricado, e numerado, em que pelo seu Escrivão se fará termo com declaração da pessoa, que regista o ouro dos marcos, ou outavas, que regista da officina dos quintos, para onde o leva a quintar,

do dia, mez, e anno, em que faz o dito registro, o qual termo assinará o dito Superintendente com a tal pessoa, que vier a registrar o ouro, e do dito termo lhe dará o dito Superintendente huma guia por elle assinada dirigida para a officina dos quintos, que tiver declarado no dito termo, na qual hirá declarado o peso do ouro, que leva, de que hade pagar os quintos, e as pessoas, que não registarem o dito ouro, que levarem das Minas, sendo achados sem quintar, ou registrar antes, ou depois de chegar às casas dos quintos, o perderão para à minha fazenda, e alem disso haverão as mais penas, em que encorrem, os que descaminhaõ os meus direitos; porèm succedendo, que algumas pessoas tenhaõ levado ouro das Minas sem guia, nem registro, não lhe tendo sido achado, o poderão manifestar em qualquer casa dos quintos, que tenho ordenado para às ditas Minas.

## COMMENTARIUM

De commisso.

## Ad §. XXIX.

## SUMMARIUM.

- 1 Aurum è fodinis extractum in cathalogum redigi debet.
- 2 Guia quid sit?
- 3 Solutio tributis per testes probari nequit.
- 4 De commissi pœna DD. agentes referuntur.
- 5 Fraudantes jura Regalia citra commissi pœnam criminaliter animadvertuntur.
- 6 Ut commissi pœna locus sit, an realis apprehensio necessaria fiat?
- 7 Quid circa hypothese[m] nostri textus?

**S**ahir à com registro &c. Comprobatur ex doctrina ad simile tradita per *Laudatum Krebs. d. clas. 3. sect. 10. §. 2. n. 1. § 2. ibi: Ad Officinarum metallarum*

riarum leges porró spectat, ut metalla non cocantur, aut separentur, nisi specialiter facta per schedulas certo signo impressas licentia. - *Sex Ord. lib. 2. tit. 34. §. 5.*

2 *Huma guia* &c. Aliquando dicitur de despacho, - & apud alios passaporte, de quib. l. 2. cod. de curios. & stationar. l. Judicib. cod. de cursorib. public. & latè *Gonzal. ad Salzed. tract. de contraband. cap. 10. per tot. cum alijs Portugal de donat. Reg. 3. p. cap. 34. à n. 10. Peg. tom. 9. ad Ord. lib. 2. tit. 26. §. 20. n. 1. ubi ait, non sufficere per testes probare jura esse soluta.*

4 *O perderão* &c. De hac commissi pæna plenissimè cum alijs agunt supra proximè citati, & *Pereir. de man. Reg. cap. 38. à n. 14. & per eos relati, est que apud nos Ord. lib. 2. d. tit. 34. §. 6.*

5 *E alem disso* &c. Detraudantes jura Regalia, ultra commissi pænam, criminaliter puniuntur. *ex l. eos. 27. §. quis. ff. ad l. cornel. de fals. cum alijs latè Farinac. de furt. q. 173. à n. 1. Portug. & ab eo relati d. cap. 34. n. 11. §. 12. & ferè per tot. Peg. ubi supra; quos consules, cum de hac re casus occurrerit; & Ord. d. lib. 2. tit. 34. §. 5 ubi ait ibi: E o que os vender antes de serem marcados, ou em madre antes de fundidos, ou para fora do Reyno perder à a fazenda, e ser à de gradado dez annos para o Brasil. & per Regimen Regii Patrimonii. cap. 239. §. 36. & 37. sequentia decreta sunt- E qualquer mercador, ou pessoa que for, achando que traz pannos de Castella para estes nossos Reynos por outro algum lugar, senão pelos portos limitados, ou posto, que pelos ditos portos entrem, não forem escritos, e de zembargados por nossos Officiaes para isso ordenados, e Rendeyros, e sellados dos sellos dos ditos portos, percaõ os ditos pannos, e bestas, em que os trouxerem, para Nds, e sejaõ prezos atè nossa merce; e sendo os ditos mercadores, e pessoas de nossos Reynos, alem disso lhe seraõ escritos seus bens, e tomados para Nds, e sendo os ditos pannos achados em*

algumas casas de montes, as ditas casas, e herdades, em que estiverem, se perderão para Nds, e os donos das casas seraõ prezos atè nossa merce; as quaes casas, herdades, e cousas sobre ditas seraõ logo entregues à nossos Almoçarifes, e carregadas sobre elles em receita.

E os Almocreves, que os taes pannos assim em suas bestas levarem, não entrando pelos portos limitados, ou não os levando de zembargados por nossos Officiaes, e sellados de nosso sello, incorrerão em pena de perderem as bestas, e mais todas suas fazendas para Nds, as quaes se arrecadarão na maneira sobre dita: os quaes pannos sendo achados pelos Alcaydes das sacas, ou outras quaesquer pessoas, que o descubraõ, elles haverão a terça parte de tudo, o que assim acharem, e trouxerem à boa arrecadação, a qual determinação mandamos, que muy inteiramente se cumpra, e guarde como se nella contêm.

6 *Naõ lhe tendo sido achado* &c. Quæstio est apud DD. an ut commissi pæna locus sit, realis rerum apprehensio intervenire debeat, vel probatio sufficiat? de qua agunt *Peguer. decis. 55. per tot. Bart. in l. si Barsator am. cod. de fidejussorib. Decian. in tract. crimin. lib. 8. cap. 4. à n. 5. Sccac. de Judic. lib. 1. cap. 78. à n. 2. Guazin. de defens. reor. defens. 5. cap. 8. à n. 1. & cap. 9. à num. 4. Menoch. de arbitr. cas. 394. n. 84. Anton. Gomez in l. 45. Tauri. num. 48 Gam. decis. 172. ubi Flor. de Mena, Capic. latro. decis. 78. à n. 1. ubi Michael Angel. Guizzi. num. 1. Sanfelic. decis. 43. à n. 1. Gonçal. de Salzed. de contraband. cap. 5. à num. 12. cum seqq. Portug. d. cap. 34. 3. p. n. 13. Pereir. de man. Reg. d. cap. 38. n. 17. Portug. d. cap. 34. n. 13. qui omnes in varias abiere sententias; sed pro concordia placet votum ejusdem Portug. d. n. 13. ibi- In qua dubitatione semper habui pro certo verba legis, vel statuti esse attendenda. Ita ut si in eo prohibitum sit exportari merces extra Regnum, vel in illud introduci, simpliciter nulla requiratur apprehensio,*

sio, sufficiatque probatio: præsertim quando lege cavetur, quòd contra extrahentes per inquisitionem procedatur; ut interminis Ordinat. lib. 5. tit. 115. §. 2. 5. Attamen si lex disposuerit contra extrahentes inventus cum mercibus, tunc necessaria sit apprehensio, & non sufficiat probatio.

7 Quænam ex iis resolutionibus sequenda sit circa nostri §. dispositionem, scire nos oportet; at ego mentem meam ad benigniorem partem præferens, teneo necessariam esse realem apprehensionem, nixus verbis nostri met. §. ibi-Sendo achados-& ibi-Naõ lhe tendo sido achado-, quæ verba cohærent cum doctrina Portug. supra relata à vers. at-amen.

### §. XXX.

**E** Porque a experiencia tem mostrado, que o Governador do Rio de Janeiro com a assistencia das Minas falta necessariamente, à que deve fazer na Cidade de S. Sebastião, da qual senão deve apartar, sem occasião, que importe mais à meu serviço, lhe ordeno, que naõ possa hir às ditas Minas, sem especial ordem minha, assim elle, como os mais, que lhe succederem, salvo por hum accidentetal, que naõ possa esperar, e que selha daria em culpa se à ellas cõ promptidaõ naõ accudisse.

### COMMENTARIUM.

De mandato custodiendo, & quando ab eo recedi possit, ac debeat?

#### Ad §. XXX.

### SUMMARIUM.

- 1 Extra commissam sibi Provinciam Judex abesse non debet.
- 2 Jussus, mandatum, obligatio, pactum, omnisque promissio tacitam conditionem, scilicet, rebus sic stantibus, habet.

- 3 Promissor excusatur, si vis Divina, vel magna, maior vè casus superveniat.
- 4 Donatio ob filios supervenientes revocatur.
- 5 Et ob gravissimam inimicitiam.
- 6 Locatio ad annos facta, servanda non est, si postea locator ipsa re indigeat; & exemplum affertur. n. 7.
- 8 Forma mandati virtualiter comprehensa non excludit.
- 9 Mandatum ad ea, quæ mandans interrogatus responsurus, extenditur. & n. 23.
- 10 Exemplum de remissione debiti à mandatario facta affertur.
- 11 Aliud exemplum de solvente literas cambii absque protestu affertur. & nn. seqq.
- 12 Modi literas cambii solvendi afferuntur.
- 13 Contra praxim in materia assertam invehitur. & n. 17.
- 14 Literarum cambii quædam species notantur. & nn. seqq.
- 15 Solvens pro alio, adversus eum actionem acquirit.
- 16 Limitatur.
- 17 Quare consuetudines mercatorum observandæ sint?
- 18 Alienacum jactura nemo locuples esse debet.
- 19 Aliquando fines mandati non excedere delictum est.
- 20 Declarantur proxima.
- 21 Principis commissarius, jussu illius aliquando transgredi potest.
- 22 Aliquando obedire crimen erit.

**S** E naõ deve apartar &c. Extra Provinciam sibi commissam Judices vagari, vel abesse non possunt. l. illud. ff. offic. Præsid. l. 3. eod. tit. Ord. lib. 1. tit. 58. ubi Peg glos. 57. Bobadilh. in politic. lib. 2. cap. 9. Senat. Ribeir. relat. 1. n. 62. & 94.

Salvo por hum caso tal &c. Ecce prædictorum admirabilis limitatio, siquidem rationi, & juri convenit; omne namque

namque pactum, omnisque promissio, obligatio, mandatum, & iustus intelligitur sub conditione, rebus sic stantibus. *Cicer. Officiorum lib. 1. Senec. lib. 4. de Benefic. c. 35. Grot. de jur. belli, ac pacis. lib. 1. cap. 16 §. 25. Augustin. Leyser. ad pandect. sub tit. de pact. specim. 40. meditat. 4. & ad tit. ff. mandat. specim. 180. medit. 3.*

3 Unde promissor à præstando commissio excusatur, si vis Divina, vel magna, maior vè casus, cui humana resistere non potest imbecillitas, interveniat. *l. 24 §. 4. ff. de damn. infect. l. 2. de pericul. & commod. rei vendit. l. 1. §. 4. de obligat. & actionib. Leyser. d. specim. 40. medit. 4.*

4 Igitur donator ob liberos postea natos donationem implere non tenetur. *l. 8. cod. de revocand. donat.*

5 Sicut ob gravissimam inimicitiam intervenientem. *l. 10. cod. eod. tit. Ord.*

6 *lib. 4. tit. 63.* Ita locatio ad aliquos annos facta servanda non est, si tempore nondum elapso locator ipsa re indigere incipiat. *l. 3. cod. de locat. Ord. lib. 4. tit. 24*

7 Ex quo provenit, quòd ille, qui habens binas ædes, unam ex iis genero in dotem promisit, ad traditionem non teneatur, si ædes, in quibus habitabat, postea incendio amisit, consuluit, & iudicatum refert *idem Leyser. d. specim. 40. medit. 4.*

8 Ideò licet mandatarius, vel procurator fines excedere non possit, hoc non ita amarè procedit, quin ad comprehensa virtualiter potestatem porrigere nequeat, cum mandatum extendatur ad ea, quæ mandans si interrogatus esset mandaturus verisimiliter esset.

9 *Rot. Genuens. decis. 8. n. 5. Mant. ic. de tacit. lib. 7. tit. 15. n. 25. Cephall. conf. 768. n. 28. cum alijs Senat. Guerreir. de rationib. lib. 6. cap. 2. à n. 34. Leyser. ad tit. ff. mandat. d. specim. 180. medit. 3.* ubi affert exemplum dignum, quod hìc Ego in

10 lucem prodam, ejus verbis utens: *Pirrhus Hectori Lipsiam ituro mandat, ut à Marco debitore sui aliquot millia exi-*

*gat, Hector Lipsiam veniens Marcum ob-eratum, & mòx foro cessurum, igitur concursum creditorum imminere, animadvertit. Urget tamen secretò Marcum atque ab eo non quidè pecuniam, ut jussus erat, quum eam Marcus non haberet, sed merces in solutum, & ducenta circiter in moneta reprobata..... extorquet. Pirrhus eum fines mandati excessisse ait, & in Judicio convenit. Sed absolventur Hectorem Juriscons. Vitembergenses, & Pirrhum, ut rata haberet, quæ Hector gesserat, condemnarunt. Egerat quidem sine dubio contra mandatum Hector. Sed prudentia, ut sic ageret, suadebat. Præstabat quippe, numeros reprobos, & viliores merces, quam, excitato concursu nihil aut post aliquot annorum moram partem accipere. Itaque verisimile erat, Pirrhum præsentem id ipsum facturum fuisse.*

Puto etiam aliquid jucunditatis II adferre posse, si in lucem casum mihi obvium proponam, quem crebrò in praxi evenire posse, tu quoque haud diffiteberis; cujus hypothesis est, scilicet, literis cambii ex una ad aliam Provinciam missis, ille, cui directæ sunt literæ, eas acceptare, ac solvere recusat, ex quo quæstio prodit, àn tertius eas acceptare, ac solvere in scribentis honorem possit, sibi actionem contra ipsum scribentem acquirens, absque eo, quòd protestatio circa literarum non acceptationem, & solutionem non factam, in foro præconiis datis, juxta praxim forensi ulu receptam, confecta sit?

Quæ quidè quæstio admodum controversa fuit, cum hìnc inde super consuetudine examinatis, inter se, ut solet, contrarii extitissent, eosque actionem solventi, seu regressum denegantes fides, seu testatio ex congressu hominum negotiationis emanata, vulgò *attestação da Mesa dos homens de negocio*, ad juvasset.

Attamen Ego scribens in causa ad 12 tertii solventis favorem, contrarium veriùs

verius esse, non confusè, sed sub distinctione firmo pede asserui, animadvertens primò, aliud esse solvere literas super protestum (ut ita cum DD. loquar) aliud liberè, & absque protestu; quibus terminis uti dividuis, ac distinctis utuntur *Add. ad. Jacob. Dupuy de arte literarum cambii. cap. 9. lit. P. ibi- Qui vult solvere liberè.....volentibus solvere supra protestum- Sigismund. Scacc. de merc. §. 2. glos. 5. n. 384. ibi- Solutio dicatur facta liberè, & non supra protestum, §. n. 389 ibi- Qui vult solvere liberè- volentibus solvere supra protestum-*

13 Unde si literæ absque protestatione liberè solvi aliquando possint, cæca, & à juris tramite in via praxis, ac consuetudo erat illa, cujusvi testes, & fides à negotii congressu data regressum solventi contra scribentem absolutè negabant.

14 De inde advertendum duxi, quòd inter alias literarum cambii species quoad intentum, binas esse notatu dignas, unam, scilicet, quando scribens literas ad debitorem suum dirigit, vel ad quemlibet alium, quibus ipse mittens obtritus, vel ad solvendum, vel in computum ferendum mansurus erit; alteram verò quando ipsemet mittens literas scribit ad aliquem, diversam tamen ei delegans personam, quæ pro solutione facta ab acceptante huic adstricta manebit, v.g. Paulus scribit ad Petrum, ut certum quid solvat, ei mandans, ut de soluto Antonium oneret.

15 Horum primo in casu quilibet tertius in defectum illius, cui literæ directæ erant, nulla protestatione interveniente, solvere poterit in scribentis honorem, contra quem solventi actio acquiritur, cum negotium utiliter gestum esse dicatur. *Rot. Genuens. decis. 6. Menoch. conf. 296. n. 24. cum alijs Sigismund. Scacc. d. §. 2. glos. 5. n. 357. ubi cum Rot. Genuens. decis. 32. in fin. princip. asserit hunc esse styllum, & mercatoriam consuetudinem; & ratio est, quia tertius iste solvendo scribentis debi-*

tum, eum liberat à creditore, & ab interesse, & illius præservat honorem, & creditum, si quidem si non solveret, literæ protestatæ redirent cum ejus verecundia, & damno, prout considerat *Rot. Genuens. decis. 19. n. 4. & d. decis. 6. n. 7. consequenterque solvendo negotiorum gestor effectus Rot. Genuens. decis. 3. actionem acquirit ut repetat. ex l. cum pecuniam. 45. ff. de negot. gest. & ita concludit Sigismund. Scacc. d. glos. 5. n. 365. Quo etiam in casu mandati fines excedi dici nequit. Idem Scacc. d. glos. 5. n. 366. & 367.*

In secundo verò casu aliter res 16 erit, diversi enim termini, diversa verò ratio concurrat sufficiens, ut alia dispositio observanda veniat, siquidem tunc scribens ipse pro solvendo non vult, se adstrictum manere, sed personam, quam delegat; quo in eventu, si ipse met obligandus etiam scribat, seu consentiat, delegatio erit; si verò ejus consensus non interveniat, cessio erit, hic que est ordo in hac secunda literarum specie datus, qui observatus intelligitur, si acceptaturus literas, vel quilibet alius, illo renitente, tertius absque protestu solvat; unde ne mandatum sic simpliciter datum, ita acceptatum fuisse objiciatur, protestatio necessaria fit, tum ipsiusmet, ad quem diriguntur literæ, respectu, tum tertii solventis, qui etiam simpliciter solvens, illam exceptionem, nempe - tu juxta formam mandati in literis præscriptam solvisti pati debet, qua propter ut in hujusmodi hypothese solvens regressum adversus scribentem habeat, protestationem intervenire necesse est. *Sigismund. Scacc. d. §. 2. glos. 5. à n. 359. Sed hæc factò mihi obvio convenire non poterant, hujus namque species primæ distinctionis membro similis erat.*

Ex quibus jam ad illos contrarios 17 testes concordia apparet, fidesque illa ex congressu negotiationis hominum sub hac distinctione intelligenda venit, alias observanda non erit, licet namque

communi DD. calculo receptum sit, stylos, ac consuetudines inter mercatores, & negotiatores receptos observandos fore, hoc procedit ex bono, & æquo, & non subtilitatibus servatis; sed quia non æquum, sed iniquum foret, hunc tertio solventem, actione adversus literas mittentem carere, scribens  
 18 que cum aliena jactura locupletaretur, contra regul. l. nam hoc natura. ff. condit. in debiti. l. naturaliter. §. final. l. hæc conditio. ff. eodem tit. l. bona fides. 50. ff. de act. empt. l. jure natura. 206. ff. de regul. juris; ergo ita confusè, & absolute, & absque ulla distinctione consuetudo illa ut iniqua observatu digna non erat; quibus, & alijs vulgariter apud DD. animadversis, ita in favorem tertii à medefensi judicatum fuisse testor.

19 Quare in hujusmodi eventibus tantum abest, ut fines mandati excedantur, & mandatarius delinquat, ut potius peccet, mandati fines superstitionè observando, cæcum enim in justibus ad literam exequendis obsequium crimen est. *Leyf. d. medit. 3. §. ad tit. ff. quod jussu. Specim. 168. medit. 8. & probat noster §. in verb. - E que se lbe daria em culpa, se à ellas com promptidaõ naõ accudisse*; Sed hæc temperamentum respiciunt, scilicet, nisi mandans aperte pressè tulerit, velle se absolute, ut forma mandati fervetur. l. 46. ff. mandati. *Leyf. d. medit. 8.*

21 Quapropter commissarius Principis rectè facit aliquando aliud faciendo, quàm quod Princeps jusserat, si id, scilicet, velle Principem certis con-  
 22 jecturis prospexit, obedientia enim in cive, & Ministro crimen esse potest, cum is, scilicet, jussa Principis cæca superstitione ad literam, sed intempestive, & contra utilitatem jubentis exsequitur; tales quippè in expeditione negotii incidunt circumstantiæ, quas jubens non prævidit, & quæ tamen faciem rerum prorsus mutant, & ut agendi ratio quoque sit mutanda, efficiunt,

quòd si ergo tum Minister, neglectis prudentia legibus, pressè verba mandati sequitur, peccat profectò contra commoda, & voluntatem etiam Principis, qui si ea, quæ deinde acciderunt, cogitatione præcepisset, diversum proculdubio mandaturus fuisset, inest  
 23 enim tacitè hæc potestas cuilibet mandato, ut ejus fines excedi possint, si hoc mandanti expediri manifestum videatur, ut optimè *Leyf. d. medit. 8.* ubi exempla profert; sed sufficiat pronunc, quod nobis præstat Princeps in præsentis text. vers. - *Salvo &c.*

§. XXXI.

**O** Superintendente terà toda a jurisdição ordinaria civil, e crime dentro dos limites destas Minas, que pelas minhas leys, e Regimentos he dada aos Juizes de fora, e Ouvidores Gerais das Comarcas do Brasil naquillo, em que se lbe poder accommodar, e a mesma alçada, que aos ditos Ouvidores he outorgada; e naõ obstante, que a naõ ha nos pleitos da minha fazenda, havendo respeito à distancia das Minas a terà nelles at he cem milreis, e nos que excederem a sua alçada dar à appellação, e agravo para a Rellação da Bahia nos casos, em que couberem.

COMMENTARIUM.

De Judicis fodinarum jurisdictione, & de alijs, prout in Summario.

Ad §. XXXI.

SUMMARIUM.

- 1 Judex metallariorum, vel ratione cause, vel ex persona rei competens esse debet.
- 2 Judex fodinarum de re metallica tantum cognoscere valet.
- 3 Sed apud Nos aliter se res habet, cum territorium ei assignatum sit.

- 4 De rixis inter metallarios cognoscere potest.
- 5 De quæstionibusque circa fines, & mensurationes fodinarum.
- 6 Et de spoliis.
- 7 Et de litibus, ac dubiis circa subhastationes de concessionibus Regi pertinentibus factas.
- 8 Et de litibus circa Datarum amissionem.
- 9 Et circa operariorum mercedes.
- 10 Et circa aquas evertendas, vel ducendas ad fodinas.
- 11 Per viam reconventionis Judex etiam cognoscere de aliis potest.
- 12 Et tandem de omnibus quæstionibus inter metallarios, & in suo territorio degentes motis.
- 13 Auro, argento ve legato, quid veniat?
- 14 An pecunia numerata comprehendatur?
- 15 An supplectillis veniat?
- 16 Species ex argento, auro vè factæ quot sint?
- 17 Quæ ex argento fiant?
- 18 Quæ personæ ornamentis aureis uti possint?
- 19 De annulis aliqua afferuntur. & n. 10.
- 21 De annulo Episcopali?
- 22 Quæ instrumenta, ac vasa ex auro, & argento confici debeant?
- 23 Ubi captum Judicium est, ibi terminari debet, & aliud advocari non potest nisi per viam appellationis.

1 **T** Erà toda a jurisdicção &c. Jam supra ad §. 25. dixi, ac ostendi, Judicem inter metallarios competentem esse debere, vel ex personæ rei, vel ex causa; & licet *Krebs. d. clas. 3. sect. 11. §. 9.* asserat, causam in Judicium metallicum nullam aliam deduci posse, quàm quæ de re metallica sit; attamen in nostris fodinis aliter dicendum erit, earum namque Judex territorium habet, & intra illud concessam jurisdictionem, ut constat ex nostro text. ibi- *Dentro*

dos limites destas Minas. Igitur competens erit tum ratione personarum, ibi degentium, tum ratione rei metallicæ.

Qua propter operæ pretium erit hic cautus, quæ inter metallarios moveri possunt, in unum fasciculum cumulare, primò igitur de rixis inter metallicos subortis Judex noster cognoscere valet. *ex §. 1. nostri Regim. ubi latè dixi. tenet Krebs. d. sect. 11. §. 3. n. 3. & 4.*

Secundò, lites, quæ ratione finium, ac mensurationis fodinarum contingunt, ad nostrum Judicem spectant, de quibus etiam Urbarius, seu Custos mayor cognitionem habere potest. *ex §. 3. nostri Regim. ubi dixi. Krebs. d. sect. 11. §. 3. à n. 5.*

Tertiò, lites circa spolia commissa in fodinarum materia, vel alia inter metallicos sui territorii. *§. 4. nostri Regim. Krebs. d. sect. 11. §. 3. n. 6.*

Quartò, lites, ac dubia circa subhastationes factas de Datis Regio patrimonio reservatis, & circa collusiones ad id commissas, & alia de quibus *in §. 22. Krebs. d. sect. 11. §. 3. n. 4.*

Quintò, lites circa fodinarum, & Datarum amissionem, vel ex defectu culturæ, vel ratione prohibitaæ alienationis, de quibus. *§. 8. & §. 11. nostri Regim. ubi dixi.*

Sextò, lites circa mercedes operariorum, & opificum, ad nostrum Judicem pertinent. *Krebs. d. sect. 11. §. 16. num. 3.*

Septimò, lites circa avertendas è fodinis aquas, & earum aqueductus *Krebs. d. sect. 11. §. 16. n. 3. & infra dicemus in Decreto super aquis stabilito.*

Octavò, ratione prorogationis circa quæstiones per viam reconventionis motas, Judex noster cognoscere poterit. *ex l. 22. ff. de Jud. l. 11. §. 1. ff. de jurisd. l. 14. cod. de sent. & interlocutor. omn. Judic. Ord. lib. 3. tit. 33. per tot. Krebs. d. sect. 11. §. 30.*

Denique de omnibus inter suos subditos quæstionibus, ac super re metallica, & ad eam connexis, sicut in hoc



hoc Regimine dispositum est, cognoscere poterit, & jurisdictionem habet, prout constat ex nostro text. ibi. *Toda a jurisdicaõ ordinaria, civil, e crime &c.*

- 13 Post hæc ad injucunditatem abire haud puto, si de auro, argento tum in genere, tum de quibusdã ex inde in specie redactis sermo brevis instituat, scilicet, auro, argento vè simpliciter legato, omne aurũ, argẽtũ vè venit, quod tempore facti testamenti esset. *l. 7. l. 19. l. 40. ff. auro argento legato. ubi Colleg. Argentoratens. Thes. 2. n. 1. l. 78. §. 4. ff. de legat. 3. Krebs. d. clas. 3. sect. 14. §. 1. n. 3.*
- 14 pecunia tamen numerata, seu signata in legato non venit. *d. l. 19. in fin. princip. l. 27. §. ultim. ff. eod. tit. de aur. argent. legat. & ibi colleg. d. num. 1. Krebs. sect. 14. class. 3. §. 1. n. 4. nisi aliud de voluntate testatoris compertus fuerit. d. l. 27. §. 1. §. 4. eod. tit. de aur. argent. ibid. Colleg. d. Thes. 2. Krebs. d. sect. 14. n. 5. Excipitur etiam aurum illud, quod est supellectilis. d. l. 19. §. 8. Krebs. d. §. 1. & tandem quid veniat, vel non, sub auri legato? Vide. *tot. tit. ff. de aur. argent. legat. & ibid. Collegium Argentoratens. Krebs. d. §. 1. §. 2. cum sequentibus. Menoch. de præsumpt. lib. 4. præsumpt. 162.**
- 16 Species argenti factæ in laxiori significato intellecti, variæ sunt, veluti argentum signatum, seu pecunia, aut numus, uti probat *Sacra pagin. Jos. cap. 7. vers. 21. Judicum. cap. 9. vers. 4. & cap. 17. vers. 2. 3. & 4. 1. Samuel. cap. 9. vers. 8. cap. 17. vers. 5. & 7. & 2. Samuel. cap. 18. vers. 11. & 12. cap. 24. vers. 24. 1. Reg. cap. 16. vers. 4. cap. 20. vers. 39. & Reg. cap. 5. vers. 5. 22. & 23. l. 28. ff. de usufr. l. 27. §. 2. ff. ad leg. Aquil. l. 27. §. 4. ff. de aur. argent. legat. l. 16. §. 9. ff. de pæn. l. 9. ff. ad leg. Cornel. de fals. l. 12. cod. de excusat. muner. Covarr. tract. de veter. numismat. Molin. tract. de usur. à n. 686. Gail. lib. 2. observat. 73. Coras. lib. miscell. cap. 12. n. 5. & lib. 3. cap. 13. per tot. cum alijs Krebs. d. sect. 14. §. 3.*
- 17 Ex auro, vel argento fiunt men-

sæ, lecti, supellex, varia argentea. *l. 3. & tot. titulus ff. de Supellect. legat. l. 19. §. 12. l. 21. in princip. & §. 2. l. 32. §. 2. leg. 36. ff. de aur. argent. legat. Vasa escaria, & pitoria argentea d. leg. 3. & tot. ff. de Supellect. legat. & alia jura citat. Instrumenta coccinatoria. d. l. 19. §. 12. ff. aur. arg. legat. variæ res argenteæ voluptatis gratia parata. leg. 28. ff. eod. tit. Ornamenta veluti monilia in aures, armillæ, aureæ catenæ, viriolæ, & annuli. *l. 25. 10. ff. eod. tit. mundus mulieris, v. g. specula matulæ, vasa unguentaria. d. §. 10. argentum balneare. l. 32. §. 7. eod. tit. de quo plura. Colleg. Argentoratens. ad eund. tit. Thes. 9. & seqq.**

Quæ personæ ornamentis aureis, 18 argenti vè, uti possint, vel non? Vide *leg. 100. de verbor. signific. l. 1. 2. & 4. cod. de vestib. holobar. lib. 11. & ibi Perez l. unic. cod. nullis licere in frenis &c. cap. 15. de vita, & honestat. Clericor. Krebs. d. sect. 11. §. 5.*

Annuli alij sunt signatorii. *l. 25. §. 19. 10. ff. auro argento legato, quorum usus antiquissimus fuit 1. Reg. cap. 21. vers. 8. quatenus iidem in juris considerationem veniant. Vid. d. leg. 25. §. 10. tot. tit. cod. de excusat. artific. §. 3. & 5. Instit. de testament. Ordinand. l. 21. cod. de testament. leg. 22. & ferè tot. tit. ff. qui testament. facere possunt. l. 4. & seq. ff. quem ad modum testament. apperiantur, cap. 14. de excess. Prælator. tot. tit. cod. ut dign. ord. servet. l. unic. cod. de mut. nomin. cap. 10. extra de fid. instrument. cap. fin. dist. 97. cap. 2. de offic. Ordin. in 6. Robert. Marant in specul. aur. p. 6. de fid. instrument. n. 40. Idem in singul. ac jur. notabilit. liter. N. vers. Notarius. Gail. de pac. public. lib. 1. cap. 15. à n. 13. & alios apud Krebs. d. sect. 11. §. 6.*

De annulis, qui arrhæ nomine in 20 sponsalibus dantur. Vid. *cap. 11. extra de præsumpt. Covarr. de sponsalib. 2. p. cap. 3. §. 7. n. 6. & 7. Beust. in tract. de connubialib. p. 1. §. 5. 6. & 67. Krebs. d. sect. 14. §. 7. Abb. in cap. final. de spons. impuber.*

num. 7. & 8. Mascard. de probat. conclus. 1024. à n. 2. Menoch. lib. 3. præsumpt. 2. n. 1. & 4. Sanch. de matrim. lib. 1. disp. 2. n. 1. & 3. Leuren. in jus canonic. sub. tit. de sponsalib. q. 16.

21 De annulo Episcopali, ejus significatione, quo in digito gestando? Vidend. Franze de origin. & progress. feud. Thes. 14. in fin. Peg. & ab eo citat. de competent. 1. p. cap. 25. per tot.

22 De auro, argento vè, confici debet Calix, & Patena, quibus in Sacramento Corporis, & Sanguinis Domini nostri Jesus Christi utitur; quia lignea vasa contra Ecclesiæ decus pugnant, vinum absorbent, & ob rancidum sæpè odorem vomitum provocare solent, sicut nec vitrea vasa, propter fragilitatem admittenda sunt. cap. 44. de consecrat. dist. 1. cap. ultim. extra de celebrat. Misfar. & utrobique DD. Satis hæc in hac re dixisse sufficiat, parceque lector, si me in longum vagari arbitratus fuerit.

23 Dar à appellaçãõ, e agravo &c. Quæ causæ coram hoc nostro Judice fodinarum cæptæ fuerint, ibi terminari debent, nec ad aliud Judicium advocari fas est, nisi per viam appellationis, ad quam deveniendum non est, nisi prius prima instantia, ejusque ordo finem suum acceperit. argument. text. in l. ubi cæptum est. ff. de Judiciis, & ibi DD. ex quo præsentis §. dispositio provenit.

### §. XXXII.

**E** Porque o Superintendente das Minas com a experiencia da assistencia dellas poerá achar, que neste Regimento faltaõ algumas cousas, que sejaõ convenientes à boa arrecadaçãõ de minha fazenda, e administraçãõ della, darà conta, do que lhe parecer se deve acrescentar àõ Regimento, como tambem a darà, se achar, que alguns Capitulos delle podem ser inconvenientes, e quando totalmente a execuçãõ dellas seja prejudicial àõ fim que se pertende, me darà conta suspendendo a mesma execuçãõ.

## COMMENTARIUM.

De Legis vi, ejusque abrogatione.

Ad §. XXXII.

### SUMMARIUM.

- 1 *Experientia quid sit, unde dicta, in quo ab arte distet?*
- 2 *Rerum omnium magistra est.*
- 3 *Omnibus Sapientior est.*
- 4 *Legis objectum justum, & æquum esse debet.*
- 5 *Legis ratione, ac sine cessante, an lex ipsa cesset? & seqq.*
- 7 *Lex, dura licet, servanda est.*
- 8 *Limitatur proxima assertio.*
- 9 *Dum supplicatio a lege pendet, ipsa lex suspendi potest.*
- 10 *Soli legislatori jus abrogandi legem competit.*

**C**Om a experientia &c. Experientia à peritia derivata, est cognitio quædam, nullo docente, per usum contingens, & in hoc distat ab arte, quæ certis traditur præceptis, homines prudentes, ac peritos reddit, quo sensu accipitur illud Horat. l. 1. Epistol. 17. ad Scævam.

Aut decus, & pretium rectè petit experiens vir. Omnium magistra vocatur à Tacit. lib. 15. annual. & secundum ipsum omnibus sapientior est; prout refert Stob. serm. 27. ideò qui expertus non est, pauca recognoscit. Ecclesiastic. cap. 34. vers. 9. Confessus est Plin. Epistol. 110. ibi. Quodd mihi cognitum est, non fama, qua alioquin optima, & meritiissima fruitur, sed longis, magnisque experimentis: quibus à Legislatore animadversis, optimè ipse in præsentis §. omnia huic Regimini decreta experientia censuræ subjecit.

Ut lex subsistat, materia, seu objectum justum, & æquum, rationique conforme dari debet, circa quòd lex ipsa præcipiendo, prohibendo, aut permit-

permittendo versari debeat. *Leuren. in jus canonic. sub tit. de const. q. 75. & 76.*

5 Si igitur legis ratio, seu finis absit, legem quoque deficere necesse est. *Soar. de leg. lib. 6. cap. 9. n. 1. juncto. n. 10. Azor. tom. 1. lib. 5. cap. 16. q. 15. Castr. Palau. tract. 3. disp. 5. p. 1. n. 4. Leuren. in d. tit. de const. 9. 236. Quod intelligitur, cessante tota causa finali, secus si in aliquo casu speciali, in quo adhuc lex viget, & non cessat. Soar. d. lib. 6. cap. 7. à num. 5. & cap. 8. Sanch. de matrim. lib. 3. disp. 3. n. 39. Bonacin. de leg. disp. 1. q. 1. p. ult. §. 2. num. 2. Caietan. tom. 1. opusculor. tract. 12. de matrim. cap. 1. 17. n. 2. Navarr. in Summ. cap. 16. num. 37. cum alijs Idem Leuren. ubi sup. q. 239. de quibus videndi sunt præter supra citatos. l. 4. §. toties. ff. de damn. infect. Molin. de primogen. lib. 1. cap. 16. n. 4. Barbof. in l. 1. p. 1. n. 83. & 8 ff. solut. matrim. Cov. de matrim. cap. 6. §. 9. n. 17. Dian. tom. 6. tract. 1. resolut. 70. & seqq. Fermos. in cap. 3. de constit. quæst. 3. Jul. Capon. discept. 81. tom. 2. Vela dissert. 37. à n. 58. quibus ductus Legislator noster in præsentiarum jubet, quòd sibi rescribatur, ipse que consulatur de iis, quæ circa fodinas disponenda in melius essent, vel quæ ex dispositis per Regimen hoc deroganda forent.*

7 *Suspendendo a mesma execuçaõ &c. Lex licet dura servanda est. l. prospexit. ff. qui, & à quib. Plura tamen in jure exempla passim obvia sunt, in quibus,*

si lex dura, vel irrationabilis sit, subditis facultas conceditur, ut ipsi Legislatori supplicationem porrigant. *l. 1. §. fin. ff. de quæstionib. l. moris. 9. §. ista ferè. l. Divi fratres. 27. ff. de pen.*

9 Et dum supplicatio pendet, posse subditos agere, ac si lex non esset, ejus executione suspensa. *tenent. Bonacin. d. disp. 1. punct. 4. n. 41. Salas de leg. disp. 18. sect. 4. n. 41. Rodrig. quæst. regul. tom. 4. q. 6. n. 7. Salon. de constit. tom. 2. de censib. disp. 4. conclus. ultim. Leuren. ad d. tit. de constit. quæst. 46. n. 3. & probat Regim. nostrum præsens.*

10 Ex quo, probatur, quòd ipsimet Legislatori jus abrogandi legem competit, illius quippè est abrogare, cujus est condere. *l. si imperialis. cod. de legib. Peg. tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 48. §. 6. glos. 8. n. 6. constatque ex nostro text.*

### §. XXXIII.

**E** Este Regimento hey por bem, e mando se cumpra, e guarde inteiramente, como nelle se contêm, sem duvida, nem embargo algum, e quero, que valha, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, e de naõ passar pela Chancelaria, sem embargo da Ord. lib. 2. tit. 39. & 40. em contrario. *Manoel Gomes da Silva o fez em Lisboa a 19. de Abril de mil e settecentos e dois. O Secretario Andre Lopes da Lavra o fez escrever.*

# REY.

O Conde de Alvor Presidente.

**R**egimento, de que hade uzar o Superintendente, Guardamôr, e mais Officiaes deputados para às Minas do Ouro, que ha nos Sertoens do Estado do Brasil, que naõ passapela Chancelaria.

Para Vossa Mag. ver.

**P**or escrito da Secretaria Jozeph de Faria. Registrado nos livros dos Regimentos na Secretaria do Concelho Ultramarino a fol. 317. Lisboa. 22. de Abril de 1702.

Andre Lopes da Lavra.

## COMMENTARIUM.

De Cancellariæ transitu.

Ad §. XXXIII.

## SUMMARIUM.

- 1 Omnis lex, gratia, provisio, & similia, ut effectum habeant, per Cancellariam transire debent.
- 2 Limitatur quando clausula in contrarium adest.

1 **O**Mne Rescriptum, omnis Lex, Provisio, Diploma, Gratia, & similes concessiones apud Nos effectu

carent, dùm per Cancellariam Regni non transeunt. *Ord. lib. 2. tit. 39. & 40.* ubi *Peg. & tom. 7. ad Regimen Senatus Palat. cap. 12. & cap. 100. à num. 42.* Sed hæc regula limitationem accipit, quando in ipsomet Rescripto, Lege, seu Gratia clausula adest, quòd per Cancellariam non transeat. *Peg. d. cap. 100. n. 42.* prout in præsentì Regimine apposita fuit.

## APPENDIX. I.

Post hoc Regimen circa aquas sequens Provisio emanavit.

**D**OM JOAM POR GRAC, A DE DEOS REY DE PORTUGAL, e dos Algarves d'aque, e d'alem, Mar, e Africa, Senhor de Guiné &c. Faço saber à vòs Dom Pedro de Almeyda Conde de Açumar, Governador, e Capitão General da Capitania de S. Paulo, e terras das Minas; que havendo visto, o que respondestes à carta do primeiro de Junho do anno proximo passado, e Ordem, que vos foy sobre a representaçã, que me fez o Guardamôr das Minas Gracia Rodrigues Paes, de que na repartiçã das agoas, com que se lavraõ as mesmas Minas, não havia atê agora forma conveniente, e porque os mais poderosos se senhoreavaõ dellas, e as divertiaõ para às suas lavras, e se os que podiaõ menos as queraõ tambem levar para às suas, eraõ forçados a comprallas por preços exorbitantes, ou a perder as Datas, que tem, em que não podiaõ lavrar sem ter agoa; e que desta desigualdade resultavaõ continuas bulhas, o dios, e outros muitos, e varios efeitos muito prejudiciaes à meu Real Serviço, representando o ser muy justo o requerimento do Guardamôr, porque era sem questã, que as disputas mayores desse Paiz eraõ sobre as agoas, com que precisamente se minera, e sobre que haviaõ pleitos gravissimos, o que precisamente se devia evitar, fazendo-se causas summarias pelo prejuizo, que recebem, não só o meu Serviço, mas tambem os meus vassallos, de estarem as terras empatadas por este respeito, e senã extrahir o ouro dellas por causa das appellaçoens para à Bahia, e tal vèz para este Reyno, e entendiais ser muy conveniente, e igualmente justo, que os Guardamores repartiessẽ a agoa conforme a possibilidade, dos que mineraõ, e que sint indo-se as partes aggravadas recorressẽ ao Superintendente da Comarca sómente, e que fosse summaria a causa, e prohibissẽ, que sem licença dos Guardamores por escrito, ninguem se a proprie da agoa dos corregos, e que não tendo terras para lavrar, nem escravos competentes aquelles, à quem for concedida, torne a dita agoa à repartiçã do Guardamôr, pelas pessoas, que tiverem possibilidade de minerar pagando à proporçã o serviço, que fez o primeiro, que conduzio a agoa, no caso, que se aproveite o mesmo serviço; porque a experiencia tinha mostrado, que o que a sitomava posse da agoa, lhe ficava, e ainda não tendo outras terras para lavrar, não deixava lavrar outros, senã vendendo-lhe a agoa por preço exorbitante; me pareceo mandarvos dizer por resoluçã de 19. deste prezente mez,

mez, e anno, em Consulta do meu Concelho Ultramarino, sou servido conformarme com a vossa informaçã, com declaraçã sômente, que senão impedirão as appellaçoens do Superintendente nas causas, que excederem a sua alçada, sendo porêm só a appellaçã no effeito devolutivo, no que nesta parte de terminar: Fareis, com que se registe esta minha ordem nos livros da Secretaria desse Governo, e nos das Ouviarias das Comarcas delle, e nas mais partes onde convier, remetendome certidão de como assim o executastes. El Rey Nosso Senhor o mandou por João Telles da Silva, e o Dezembargador Alexandre da Silva Correa Concelheiros do seu Concelho Ultramarino, e se passou por duas vias. Manoel Gomes da Silva a fez em Lisboa Occidental aos vinte e quatro de Junho de 1720. o Secretario Andre Lopes da Lavoura a fez escrever.

João Telles da Silva. Alexandre da Sylva Correa.

**E** Stã registado no lib. i. dos Registos da fazenda Real do Estado do Brasil a fol. 273. &c.

COMMENTARIUM.

De aquis, & aquæductu.

Appendix I. & II.

SUMMARIUM.

- 1 *Aqua ex flumine publico navigabili, vel facienti aliud navigabile, absque Principis licentia, deduci non potest.*
- 2 *Ita aqua usui publico deserviens capi nequit.*
- 3 *Similiter aqua ad fodinas necessaria.*
- 4 *Metallarius aqua non indigens, ejus dominium amittit, & aquæductum destrui non potest.*
- 5 *Ei tamen expensæ solvi debent.*
- 6 *Forma concessionum Datarum, & aquarum traditur. & n. 7.*

**I** N solum ex flumine publico navigabili, vel aliud navigabile facienti aqua duci nequit, Principis licentia non interveniente. *ex l. i. §. permittitur. ff. de aqua quotidiana, & æstiv. leg. final. cod. de aquæduct. lib. ii. de quo cum multis. Portug. de donat. Reg. 3. p.*

*cap. 4. per tot. Gob. in tract. de aquis. quæst.*

7. Sed etiam deducere aquam usui publico deservientem absque Regia facultate prohibitum est. *Arias de Mes. lib. 2. cap. 49. num. 12. Thesaur. decis. 245. Amend. ad Franch. decis. 183. n. 5. cum quibus Portug. d. cap. 4. n. 23. ubi exempla refert. Gob. d. quæst. 7. n. 55. Quorum ad instar optimè Princeps noster per supradictam provisionem, aquarum acquisitionem prohibuit, decernens circa earum divisionem, & acquisitionem modum in ea præscriptum, alioquin usus publicus deterior redderetur.*

Quapropter metallarius postquam aqua non indiget, ejus dominus non erit, neque id munimentum, seu aquæductum factum ad illam ducendam demoliri poterit; uti tradit *Krebs. de fodin. class. 3. sect. 4. §. 13. n. 3. ei tamen expensæ solvendæ sunt, quatenus utilitas cujusque metallarii fuerit, prout ex nostro text. seu provisione patet.*

APPENDIX. II.

Forma Datarum, seu concessionum, tum fodinarum, tum aquarum, modo sequenti conficiuntur.

## Forma do titulo da Data da terra para minerar.

**F** Rancisco Prudente Cardoso Coronel de Cavallaria, e Guardamór de todas as Minas da Jacobina, e suas annexas &c. Faço saber à todos os que a presente carta de Data virem, que F. me fez a saber por sua petição, que tinha lavrado as Datas de terra, que tinha nestas Minas, e se achava sem terra, donde minerar com mais de vinte escravos, e como em a Jacomobá da Fome se achava hum pedaço da terra devoluto, em que está hum Tremedal deixado dos mais Mineiros, por não poderem nelle nunca chegar catta por ser muito fundo, e para se poder lavrar he necessario romper huma Cachoeira grande, com muito dispendio de ferragem, e polvora, e serviço dos escravos, à que elle Supplicante se quer expór, pedindo-me em fim de sua petição lhe fizesse mercê conceder por Data o dito Tremedal com as vertentes, que vem à elle, começando da Cachoeira para cima, partindo da parte do Sul com a Data de F. O que visto, e ser justo o seu requerimento lhe concedo por Data o dito Tremedal com as suas vertentes sem prejuizo de terceiro, e della poderá uzar, e minerar sem impedimento de pessoa alguma; para firmeza de quê mandei passar a presente Carta de Data, que mando se cumpra, e guarde, como nella se conthém, indo por mim assignada. Dada neste Sitio de Bom Successo, em o primeiro dia do mez de Janeiro de mil e settecentos e trinta e hum. E eu F. o escrevi &c.

Registada no livro das Datas &amp;c.

## Forma da Data das agoas.

7 **F** &c. Faço saber, aos que a presente Carta de Data virem, que F. me fez a saber, que elle tem por Data huma pouca de terra no Morro de Jacomobá da Fome, e pela falta de agoas, que ha no dito Morro, não pôde o Supplicante trabalhar sua terra, e se quer expór d hum serviço de muita despeza para meter agoas na dita terra, para a poder trabalhar, expondo-se a tomar as agoas por bicas, e regos das nascenças do Ribeiro das almas, e nascença do Riocho da Fome, costeando as fraldas das Serras para apanhar as agoas, q. poder, até a sua Data, e passalla pela Data de F. e deo por bicas sem lhe prejudicar ao seu serviço, como também quer apanhar do mesmo Morro as vertentes de Jacomobá do meyo pela parte do nascente, como também pela parte do poente, para poder trabalhar a dita sua terra, q. toda se acha devoluta, sem ninguem dellas se servir, e ao depois de feito o dito serviço, e despeza do Supplicante as poderã appetecer, e moverem-se duvidas; me pedida em fim de sua petição lhe fizesse mercê, attendo ao referido, cõceder por Data desde as nascenças das almas, e nascenças da Fome, vertentes, e as do dito Morro, como dito tem, e trazellas ao dito seu serviço, pois se achã devolutas, e passallas pelas Datas dos ditos; o que visto ser justo seu requerimento, attenaendo ao muito serviço, e despezas, lhe concedo por Data as agoas, que pede, não prejudicando à terceiro: para firmeza do quê &c.

FINIS LAUS, DEO.

VIRGINIQUE MATRI.

**A** D quorum pedes profiteor quòd si, me in scio, aliquid in hoc libro, vel alibi elapsum sit Catholicæ Fidei, aut Christianæ Religioni aliquatenus adversum, vel ignaro, quod DD. minus probari contingat; id omne indictum, non scriptum, & Sacrosanctæ Ecclesiæ Romanæ censuræ, aut cujus libet melius sentientis Correctioni subjectum, ex debito voveo, ex animo volo.



# INDEX

REGIMINIS FODINARUM, EARUMQUE RERUM, QUÆ IN commentarijs ad id continentur. Primus numerus paginam, secundus vero numerum marginalem indicat; Quæ autem ipsemet Regimen decernit, proprio signo demonstrabuntur.

## ABSENS.

**E** Xtra Provinciam sibi commissam Judex abesse non debet. pag. 76. S. 30. & colun. 2. n. 1.

## ACCESSORIUM.

**P** Rincipalis naturam quando accessorium sequatur. pag. 66. n. 2. Cujus est principale, ejus accessorium est. pag. 66. n. 2.

## ACTA.

**A** Cta, seu processus adversus de fraudatores in fodinis quomodo conficiendus? pag. 70. n. 9.

## ACTOR. REUS.

**A** Ctor, & reus personas legitimas habere debent, ut in Judicium accedant. pag. 71. n. 13. Actor, & reus adesse debent in Judicio fodinarum. pag. 70. n. 11. Reus ejusdem fori esse debet. pag. 71. num. 14.

## ACTIO.

**A** Ctio omnis realis, vel personalis est. pag. 25. num. 18. In duas species dividuntur. p. 25. n. 17.

## ALIENATIO.

**U** Nnicuique rem suam alienare, ac de ea disponere licet. pag. 39. num. 1. An fodinae alienari possint? S. II. Regim. pag. 38. & pag. 39. n. 3. An locare, vel cedere? pag. 39. n. 5. Aliquando dominus de re sua disponere nequit. pag. 39. n. 2. Alienatione prohibita, omnis actus alienandi prohibitus censetur. pag. 39. num. 4.

## ANNULUR.

**D** E annulo Episcopali? pag. 82. num. 21. De annulis aliqua? pag. 81. n. 19. & 20. Vid. Aurum.

## APPELLATIO.

**A** Bofficio Judicis denegato appellatio datur. pag. 11. num. 44. A Sen-

*A Sententia lata super cautione de non offendendo. pag. 19. 133.*

## AQUA.

**U** Num ex quatuor elementis est. pag. 51. num. 1.

*Aqua ex publico flumine navigabile, vel ad aliud navigabile decurrente absque Principis permissu deduci nequit. pag. 85. n. 1.*

*Ita aqua usui publico deserviens, vel ad fodinas necessaria. ibid. n. 3.*

*Aqua generationi, & purificationi auri necessaria est. pag. 51. n. 1.*

*Metallarius aqua non indigens, ejus dominium amittit, & aquæ ductum destrui nequit, sed ei expensæ solvuntur. pag. 85. n. 4. & 5.*

*Forma Data super aquis traditur. pag. 86. num. 7.*

## ARBOR.

**A** D fundi dominum pertinet. pag. 52. num. 14.

## AUDIENTIA.

**A** Udientia diurno tempore, & non nocturno tempore faciendâ est. pag. 71. num. 24.

## AURIFEX.

**V** Id. Faber.

## AURUM.

**A** Urum ubi inveniatur, & quod præstantius sit? pag. 67. num. 1.

*Ad auri generationem, ac purificationem aqua necessaria est. pag. 51. n. 1.*

*Ex Summa Dei benignitate aurum, & thesauros habemus. pag. 51. n. 7.*

*In hominum beneficium, sicut cætera metalla, à Deo creata sunt. p. 51. n. 2.*

*Nihil hominibus magis, quàm aurum lucrum affert. pag. 51. n. 3.*

*Salomon, & alii ex auro ditissimi fuerè. pag. 51. n. 4. & 5.*

*Qua ratione Deus aurum creavit? pag. 51. n. 6.*

*Pro eo Deo gratias agere debemus. pag. 52. n. 9.*

*Quis primus auri faber, & maleator fuit? pag. n. 8.*

*Quibus modis aurum, & thesauros quaerere licitum sit? pag. 52. n. 10.*

*Thesauros Diabolus non ignorat raro tamen suis amicis benefacit. pag. 52. num. 12.*

*Indebitè thesauros perquirentes quibus pænis puniendi? pag. 52. n. 11. & seqq.*

*Aurum, & thesaurum senistris inventum ad quem pertineat? pag. 52. n. 13.*

*Aurum, & metalla, fructus fundi partes sunt, ad quos pertineant? pag. 52. n. 14. & seqq.*

*Vid. Data, Divisio, & Fodina, & Legatum.*

*Quæ ex auro, argento vè, fiant, qui, & quomodo factis speciebus ex auro, & argento uti possint? pag. 81. à n. 16.*

*Quæ instrumenta, ac vasa ex auro, argento vè, fieri debeant? pag. 82. n. 22.*

*Quomodo, qua vè forma in hunc Regnum transvehi possit? pag. 44. & pag. 45. & seqq.*

*Quomodo è fodinis extrahi? §. 14. 15. 16. & 17. Reg. pag. 41. & seqq.*

*De auri adulteratione? Vid. Moneta. Aurum è fodinis extractum in Cathalogum redigi debet. §. 29. pag. 74. & columna. 2. n. 1.*

## CAMBIUM.

**L** Iterarum cambij quot species? pag. 78. à num. 14.

*Modi eas solvendi afferuntur. pag. 77. num. 12.*

*Quando eas solvens regressum, vel non habeat. pag. 77. à n. 11.*

## CANCELLARIA.

**O** Mnis lex, gratia, provisio, & similia, ut effectum habeant per Can-



*Cancelariam transire debent.* pag. 84. num. 1.

*Nisi clausula in contrarium adsit?* ibid. num. 2.

## CARCER.

**C**arcer non solum custodia, sed etiam coercitio est. pag. 7. num. 17.

*A carcere incipiendum non est, nisi in casibus à jure expressis.* pag. 8. 18.

*Carceratio aliquando modus cogendi est ut aliquid perficiatur, de quo exemplum datur.* pag. 8. 18. & 15.

*Judicis præceptum factum respiciens per capturam perfici potest.* pag. 8. 19.

*Etiam pro pecuniaria pena ad capturam proceditur, rejecta aliorum opinione.* pag. 8. 20. & 21.

*Ad capturam justa requiritur causa, & qualis?* pag. 7. 14.

*Quin aliquis puniendus sit, in carcerem conjici potest.* pag. 7. 12.

## CAUTIO.

**C**autio de non offendendo quid sit? pag. 8. & 9. n. 24. & 25.

*An civilis, vel criminalis causa cautio sit?* pag. 9. 26. & 27.

*Quis Judex ad eam decernendam competens sit?* pag. 9. 28. & 29.

*Cautio de non offendendo conditionem recipit hanc, scilicet, si coram illo Judice teneat.* pag. 9. 28.

*An conventionalis, vel judicialis sit?* pag. 10. 36.

*An odiosa, vel favorabilis?* pag. 10. 37. & seqq.

*An exceptioni fori locus sit, quando de cautione de non offendendo agitur?* pag. 10. 33.

*Quid ex hac cautione proveniat?* pag. 10. 39.

*An ad eam Judex ex officio compellere rixantes possit?* pag. 10. 41.

*An ad instantiam partis?* pag. 11. 46.

*Ad eam justa causa, ac timor præcedere debet.* pag. 11. 47.

*Quid si justa causa, vel timor non præ-*

*cedat?* pag. 12. 48.

*An citatio requiratur?* p. 12. 39. & seqq.

*An in diebus feriatis super eam agi possit?* pag. 12. 52. & seqq.

*An noctis tempore?* pag. 12. 55.

*An ordinario, vel summario modo peti debeat?* pag. 13. 61.

*Qua forma petenda?* pag. 13. 62.

*An ad eam pars audienda, eique copia concedenda?* pag. 13. 63.

*Quid allegare poterit adversus eam?* pag. 15. 83. & seqq.

*Quæ causæ justæ ad eam petendam sint?* pag. 13. 64. & seqq.

*An juramento petentis credendum sit?* pag. 15. 88.

*An eam petens etiam præstare teneatur?* pag. 15. 89. & seqq.

*An pacem ex parte sua observare teneatur?* pag. 16. 92.

*Cautio præstita quos comprehendat?* pag. 16. 94.

*Maritus eam uxori præstare tenetur licet uxor adulterium commisisset?* pag. 16. 86.

*Quibus pænis Judex uti possit adversus cautionem recusantes præstare?* pag. 16. 95.

*An Judex eam pro præstita habere possit?* pag. 96. & seqq.

*Cautio fidejussoria, vel pignoratitia pro præstita haberi nequit.* pag. 105.

*Requisitus ad cautionem præstandam, eam a die citationis observare debet.* pag. 17. 97.

*An sub fidejussoribus præstanda sit?* pag. 17. 99. & seqq.

## CAUTIO.

**J**uratoria cautio apud Nos prohibita est. pag. 17. 101.

*Verbum satisfactio re promissionem comprehendit.* pag. 17. 106.

*Cautionem de non offendendo frangens qua pena puniendus?* p. 17. 108. & seqq.

*Quo usque duratura sit?* pag. 18. 111.

*Quibus ex causis rupta dicatur?* pag. 18. 112. & seqq.

*Quæ probatio sufficiat, ut rupta dicatur?* pag. 19. 132.

*Pana cautionis ruptæ ordinario modo peti debent.* pag. 20. n. 144.

*Sententia super eam lata definitiva est.* pag. 19. 134.

*Abea appellari potest.* pag. 19. 133.

## CESSIO.

*Cessio sine die, & anno, tertio nocere nequit.* pag. 28. num. 45. & 46.

## CITATIO.

*Citatio quomodo faciendâ?* pag. 71. num. 20.

*An, & quando citatione opus sit ad cautionem de non offendendo petendam?* pag. 12. n. 49. & seqq.

*Citatio quando ad executionem requiratur?* *Vid. Executio.*

*In causis super fodinis citatio requiritur.* pag. 27. n. 36. & pag. 34. n. 7. & p. 71. n. 19.

## COMERCIIUM.

*Comercium quid contineat?* pag. 42. num. 4. & seqq.

*An à Rege Nostro prohiberi possit?* *ibid.* num. 5.

*Officialibus Juslitie prohibitum est.* pag. 34. n. 1. & pag. 42. & 43.

*Nec per tertium exercere possunt.* pag. 35. n. 8.

*Ne tributis fraus fiat commercium prohiberi potest.* pag. 42. n. 3.

*Leges prohibentes commercium referuntur.* pag. 42. & seqq.

*Quæ ad fodinas negotiationis causa afferri possint, & per quas vias duci, revertivè debeant?* §. 14. §. 15. §. 16. & 17. *Regim.* pag. 40. & pag. 41. & pag. 42. n. 1. & seqq.

*Quid hodie?* pag. 22. n. 6.

*Victualium commercium ad fodinas necessarium est.* pag. 42. n. 1. & seqq.

*Lex nova commercium exteris circa ali-*

*quas res affert.* pag. 48. & pag. 49.  
*Quibus Datas Regi competentes emere licitum sit?* pag. 66. n. 14.

## COMMINATIONIO.

*Comminationes rei judicatae auctoritatem non habent.* pag. 20. num. 140.

## COMMISSUM.

*Quando fodinæ amittantur ob cultura defectum, & quomodo in hoc casu procedendum?* §. 8. *Regim.* pag. 33. & *ibid.* n. 1. & seqq. *ubi etiam quid nas Selmarias?*

*Cultura incepta quando à commisso excuset?* pag. 33. n. 3.

*Quis de commisso cognoscet?* pag. 34. n. 8.  
*Commissa ad Patrimonium Regale pertinent.* pag. 34. n. 9.

*Quæ à commisso fodinarum excuset.* pag. 34. n. 10.

*De pena commissi.* pag. 75. n. 4.

*Fraudantes jura Regalia ultra commissum criminaliter puniuntur.* pag. 75. num. 5.

*An apprehensione opus sit, ut commissi pena locum habeat.* pag. 75. n. 6. & pag. 76. n. 7.

## CONCORDIA.

*V Id. Seditio.*

## CONDITIO.

*Ex in donationibus suis modos, ac conditiones, quas voluerit, adicere potest.* pag. 53. n. 28.  
*Vid. Obligatio.*

## CONDUCTOR.

*V Id. Locatio.*

## CONFESSIO.

*Confessio quæ legitima sit?* pag. 71. num. 31. & seqq.

*In Confessum Judicis nullæ partes sunt, nisi in condemnando.* pag. 71. n. 30.

*Reus intentionem actoris negare, vel confiteri tenetur.* pag. 71. n. 29.

### CONSUETUDO.

**C** *onsuetudo in materia fodinarum quando observanda venit?* pag. 26. num. 32.

### CONTESTATIO.

**C** *ontestatione in causa fodinarum opus est.* pag. 71. num. 27.

### CONTUMACIA.

**C** *ontumacia actoris, vel rei quomodo accusanda?* pag. 71. num. 21.

### CUSTOS.

**C** *ustos major in fodinis quis sit?* pag. 21. num. 3.

*Judex superior in fodinis custodes minores nominare potest.* ibid. n. 4. & §. 12. Regim. pag. 39. & pag. 40. n. 1.

*Ex quibus eos eligere debeat?* ibid. n. 5. *An pro à se electi teneatur?* ibid. n. 6.

*De dubiis ortis circa Datarum limites custos cognoscit.* §. 3. pag. 21.

*De quibus cognoscat.* pag. 22. n. 1.

### DATA.

**D** *ata quid sit.* pag. 22. num. 3. & pag. 24. num. 5.

*Per eam dominium consequitur.* pag. 24. num. 7.

*Et possessio.* ibid. n. 8.

*Quod dominium consequatur?* pag. 53. n. 24. & seqq.

*Denuò mensuranda à quibus sit?* pag. 22. num. 2.

*Ad Datas mensurandas qui eligendi sint.* pag. 30. n. 3. & seqq.

*Juramentum subire debent.* p. 30. num. 4. *Datis desertis ad Regem revertitur fa-*

*cultas eas iterum concedendi.* pag. 28. num. 46.

*In terra jam ab alio ad culturam redacta quando Data assignari nequeat.* pag. 27. n. 34. & 35.

*Quomodo dividenda?* §. 5. Regim. pag. 29. & §. 20. pag.

*Vid. Divisio.*

*Quis prior in petenda Data fuerit, is potior erit.* pag. 27. n. 33.

*Data ex qua mensura constet?* p. 31. n. 10.

*Quid si plures in petendo concurrant?* p. 31. n. 10. & 11.

*Data terminis dividenda est.* p. 31. n. 12.

*Intra spatium alijs divisum aurum erueri non licet alteris.* pag. 31. n. 13. & 14.

*Quid si vena auri spatium assignatum progrediatur?* pag. 31. n. 15. & 16.

*Si electi ad mensurandas Datas in culpa fuerint ad interesse per actionem in factum tenentur.* pag. 30. n. 5.

*Vid. Fodinæ.*

*Qui Datas habere possint, & an Judices, ceterique fodinarum officiales?* §. 9.

Regim. pag. 34. n. 1. & pag. 35. n. 2. & seqq. & pag. 36. n. 13.

*Data an in cathalogum redigi debeat?* §. 13. Regim. pag. 40.

*Quibus conditionibus Datae, seu fodinarum concessionibus concessæ intelligantur?* pag. 53. n. 29. & seqq. & pag. 54. n. 1. & seqq.

*Data Regi competens quando locanda, quando suis expensis ad culturam redigenda, & qui eam emere possint, quod vè dominium acquirant?* §. 22. Regim. pag. 64. & pag. 65. n. 3. & seqq.

*Forma Datae, seu concessionis fodinarum.* pag. 86. n. 6.

### DEBITOR.

**D** *ebitori non solventi pena duplici imponi nequit.* pag. 20. num. 141.

### DELICTUM.

**O** *B delicta in pago à multis commissæ qui puniendi sint?* pag. 8. n. 23.

## DENUNTIATIO.

**A** N à querela, vel inquisitione differat? pag. 68. num. 2.  
 Delatores àn juramentum subire debeant? ibid. n. 3.

## DIABOLUS.

**V** Id. Aurum.

## DISCORDIA.

**V** Id. Seditio.

## DIVISIO.

**Q** uomodò fodina dividenda sint. §. 5. Regim. pag. 29. & §. 20. pag. 54. & pag. 26. n. 31. & pag. 30. à n. 3. & §. 7. Reg. pag. 32. & pag. 54. n. 1. & seqq.

Quid sit terra pro derelicto fuerit. pag. 26. n. 32. & seqq.

Antequam divisio fiat examen circa fodinas fieri debet. pag. 50. n. 2.

Quomodò facienda, quando fluvius obliquus fuerit? §. 24. Regim. pag. 66. & pag. 67. n. 2. & 3.

## DONATIO.

**D** onatio ob supervenientiam filiorum revocatur. pag. 77. num. 4.  
 Et ob inimicitiam gravissimam. ibid. n. 5.

## ELECTIO.

**A** neligens pro à se electis teneatur. pag. 21. num. 6. & pag. 74. n. 1.

## EMPTIO.

**V** Id. Comerium, & Faber, Locatio que.

## EXCEPTIO.

**I** N fodinarum causis reus omnes exceptiones allegare potest. pag. 71. n. 25.

## EXECUTIO.

**P** Ro exequendis obligationibus facti quibus modis uti possit? pag. 17. num. 98.

Vid. Carcer, & Cautio.

Ad rem in specie tradendam condemnatus, quomodo exequendus, & àn citandus sit? pag. 25. n. 15. & seqq.

Quid pro exequenda divisionum charta. pag. 25. n. 21.

Quid pro exequenda sententia in causa possessorij lata? pag. 25. n. 22.

Quid adversus tertium? pag. 25. n. 23. & seqq.

## EXEMPLUM.

**E** xemplis res clarior fit. pag. 13. num. 65.

## EXPENSÆ.

**V** Id. Aqua.

## EXPERIENTIA.

**Q** uid sit experientia? pag. 82. num. 1.  
 Rerum omnium Magistra. ibid. n. 2.  
 Omnibus sapientior est. ibid. n. 3.

## FABER.

**F** abrorum opera in fodinis utilis, ac necessaria esse potest. pag. 55. num. 1.

Aurificis tamen opera nec utilis, nec necessaria est. ibid.

Ideo in fodinis adesse prohibiti sunt. §. 21. Regim. pag. 54.

Quæ delicta committere soleant? pag. 55. num. 4. & seqq.

Ab operarijs metallicis, vel personis suspectis aliquid emi nequit. p. 55. n. 2.  
 Judæis in fodinis pernoctare prohibitum est. pag. 55. n. 3.

## FAVOR, ODIUM.

**F** avorable quid sit? pag. 10. num. 38.

Quid

*Quid odiosum?* ibid. dict. num. 38.

## FERIÆ.

**A** *N in diebus feriatis pro cautione de non offendendo agi possit?* pag. 12. n. 52. & seqq.  
*In causis fodinarum feriæ locum habent.* pag. 71. n. 23.

## FLUVIUS.

**A** *Mnis quando principalis, vel alterius accessorius sit?* pag. 66. num. 4.  
*In fodinis quando ad primum inventorem pertineat?* ibid. n. 3.  
*Vid. Divisio, & Fodinæ.*

## FODINÆ.

**F** *Odinæ res immobiles sunt.* pag. 24. num. 9.  
*Querere metallorum venas tum in publicis, tum in privatis locis, cuilibet licitum est.* pag. 24. n. 2.  
*In prædiis alienis aurum eruere licitum est, ad id titulo interveniente.* pag. n. 48. & pag. 53. n. 20.  
*Antiquitus invito domino non licebat.* pag. 52. n. 16.  
*Et inventoribus præmia donantur.* pag. 24. n. 3.  
*Premium quod sit?* pag. 24. n. 4. & pag. 31. n. 7. & 10.  
*An socii inventorum præmia habeant?* §. 6. Regim. pag. 31. & 32. n. 1. & pag. 52. n. 16.  
*Facultas eruendi aurum absque titulo probari nequit.* pag. 28. n. 49. & pag. 53. n. 22.  
*Nec inventores aliquid absque licentia erescere possunt, sed tantum, ut experientiam faciant.* §. 18. Reg. pag. 49. & pag. 50. n. 1. colun. 1.  
*Rex sibi partem in fodinis reservat.* pag. 31. n. 8.  
*In noviter tantum repertis.* pag. 31. n. 9.  
*Mineralia inter concurrentes commu-*

*nia sunt.* pag. 54. num. 3.  
*Vid. Data.*  
*De commissio fodinarum.* *Vid. Commissum.*  
*Fodinæ, & omnia metalla hodie jura regalia sunt.* p. 52. & 53. n. 17. & seqq.  
*Nunquam donat & censentur.* p. 53. n. 23.

## GUIA.

**Q** *Vid sit Guia?* pag. 75. num. 2.

## JACTURA.

**J** *Actura aliena nemo locuplex esse debet.* pag. 79. n.

## IGNORANTIA.

**A** *Liquando ignorantia non præsumitur.* pag. 36. num. 9. & seqq.  
*Vid. Scientia.*  
*Ignorantia quomodo alleganda, & probanda?* pag. 36. num. 12.

## INSPECTIO.

**I** *ntentio per inspectionem, vulgò, vilturia, probata apparet.* pag. 34. n. 5.

## JUDÆUS.

**V** *Id. Faber.*

## JUDICIUM.

**U** *Bi ceptum est, Judicium ibi fini-ri debet.* pag. 82. n. 23.  
*A quo avocari nequit, nisi per appellationis viam.* ibid.

## JUDEX.

**F** *Odinarum Judex quis olim, quis hodie sit?* pag. 30. num. 1. & 2.  
*Competens esse debet.* pag. 80. num. 1.  
*Fodinarum Judex discordias vitare debet, sicut Præsides Provinciarum, ad idque procedi potest ad partis instantiam,*

tiam, velex officio modo præscripto, §. 1. Regiminis. & pag. 6. à num. 1. & n. 46. pag. 11.  
*Judex metallorum civilem, ac criminalem jurisdictionem habet.* 10. 32.  
*De re metallica tantum cognoscere potest.* pag. 80. n. 2.  
*Apud nos territorium habet, de multis alijsque cognoscit.* pag. 80. à n. 3. ubi recensentur.  
*Addamna, & interesse tenetur, si ex officio seditiones evitare non curavit.* 11. 45.  
*Vid. Cautio.*  
*Judex fodinarum jus observare debet.* §. 25. Regim. & pag. 20. n. 146. & pag. 68. n. 5. 6. & seqq.  
*Judex fodinarum rivos examinare debet modo præscripto §. 2. Regimin.* pag. 21.  
*Ad dividendos rivos custodes minores nominare potest.* d. §. 2. pag. 21.  
*Judex fodinarum, & non custos de commisso super eis cognoscere debet.* pag. 34. n. 8.  
*Fodinarum Judex quæ observare debeat?* pag. 71. n. 15. & seqq.  
*Pater simul cum filio, socer cum genero in eodem Judicio simul Judices esse nequeunt.* pag. 71. n. 18.

## JUDEX.

**J**udex Delegatus formam suæ delegationis observare debet. p. 21. n. 7.  
*Vid. Mandatum.*  
*Judex corruptus, & eum corrumpens correlativi sunt, eademque pena puniri debent.* pag. 35. n. 8.

## JURAMENTUM.

**E**lecti ad mensurandas Datas juramentum prius præstare debent. pag. 30. n. 4.  
*Juramentum calumniæ in fodinarum causis locum habet.* pag. 71. n. 28.  
*Ad Juramentum decisivum, seu in supplementum quando venire possit?* pag. 72. n. 39.

## JUS.

**S**ermo de jure facta, de quo jure intelligatur? pag. 68. num. 4.  
*Jus in causis metallicis prout in cæteris observandum est.* pag. 70. n. 10.

## JUSSUS.

**V**id. Mandatum.

## LEGATUM.

**A**uro, argento vè legato quid veniat? pag. 81. num. 13.  
*An pecunia numerata veniat?* Ibid. n. 14.  
*An suppletilis?* Ibid. n. 15.

## LEX.

**S**olus Princeps leges condere potest. 3. num. 16.  
*Ejus placita leges sunt.* 3. 17.  
*Sed solum obligant quando vim coactivam habent, aliàs exhortationem important.* 3. 18.  
*Verba- faço faber, Legem important.* 3. 19.  
*Antiquitùs, fazemos faber.* 2. 13.  
*Lex an scriptura indigeat?* 3. 24. & seqq.  
*An publicatione, & quomodo hæc fiat?* 4. 27. & seqq.  
*Respublica opus est legibus, non pluribus, sed paucioribus cum inviolabili observantia.* 3. 15.  
*Frustra leges proferuntur, si deest qui eas observare faciat.* 4. 28. & 28.  
*Lex nova commercium certis personis prohibens affert.* pag. 42.  
*Et altera.* pag. 48. & 49.  
*Leges circa auri transportationem in hunc Regnum.* pag. 44 & 45.  
*Leges circa auri adulterationem, monetæ subtractionem, emptionem, & super monetis, vulgo Patacas, Vid Moneta.*  
*Legis objectum justum, ac equum esse debet.* pag. 82. n. 4.

An

*An ejus ratione, ac sine cessante ipsa cesset?* pag. 83. num. 5.

*Lex dura quando servanda?* p. 83. à n. 7. *Dum ab ipsa supplicatio pendet, ejus effectus suspenditur.* ibid. n. 9.

*Solus Legislatores legem abrogare potest.* ibid. n. 10.

*Ley sobre as agoas para minerar. afferitur.* pag. 84. append. 1.

## LIBER.

**L** *ibris scripta securius observantur.* pag. 40. num. 2.

*Qua forma confici debent?* pag. 40. n. 3. *Administrator, depositarius, & thesaurarius libros accepti, & expensi conficere ac exhibere tenentur.* pag. 73. n. 3. colun. 1.

## LIQUIDATIO.

**A** *Liquando ex natura prædij vicini fructus liquidi fiunt.* p. 27. n. 38.

## LOCATIO. &amp;c.

**L** *ocatio ad annos facta observanda non est, si postea locator ipsa re indigeat, de quo exemplum datur.* pag. 77. n. 6. & 7.

*Praxis procedendi adversus conductores pro expulsionem prædij conducti, traditur, & impugnatur.* pag. 19. n. 135. & n. 136. & seqq.

*Conductor, vel inquilinus ad quid teneatur?* pag. 20. n. 146.

*Conductores vectigalium ex fodinis tanquam publicani habentur, & eorum privilegiis fruuntur.* pag. 65. num. 2.

*Fisci emptores inferioris conditionis esse non debent?* ibid. n. 12.

## MANDATUM.

**M** *andatum tacite recipit conditionem, rebus sic stantibus.* pag. 76. num. 2.

*Ita Jussus, licet Principis.* ibid.

*Virtualiter comprehensa forma mandati non excludit.* pag. 77. n. 8.

*Ad ea, quæ mandans interrogatus respondens, extenditur.* ibid. n. 9. & pag. 79. n. 23.

*Exempla traduntur.* p. 77. n. 10. & seqq. *Aliquando fines mandati non excedere delictum est.* pag. 79. n. 19.

*Commissarius Principis jussu ejus aliquando transgredi potest.* p. 79. n. 21.

*Aliquandoque obedire crimen est.* pag. 79. n. 22.

## MARITUS.

**U** *Xori cautionem de non offendendo præstare tenetur, licet illa adulterium commisisset.* pag. 15. n. 86.

## METUS.

**C** *Ause metum inferentes quæ sint?* pag. 13. num. 66. & seqq.

## MINÆ, E MINERALIA.

**V** *Id. Fodinæ.*

## MONETA.

**L** *Ex super monetas, vulgò, patacas, afferitur.* pag. 56. num. 5.

*Et super monetarum augmentum.* pag. 58. n. 6.

*Et circa monetarum emptionem.* pag. 60. num. 7.

*Et circa subtrahentes aliquid à vera moneta.* pag. 62. n. 9.

*Et circa auri adulterationem.* pag. 61. num. 8.

## NECESSITAS.

**N** *Ecessitas lege caret.* pag. 12. n. 54. *Necessitas, & in mora periculum multa permittunt.* 12. n. 53.

## NOMEN.

**P** *Rincipes, Magnates, & ceteri, quo numero utantur, ut nomen suum*

*suum manifestum faciant. pag. 2. n. 1. & seqq.*

## NOX.

**N** *Ox dies civilis est. pag. 12. num. 56. Nocte contrahi potest. 12. 57.*

*Omnia extrajudicialia nocte fieri possunt. 12. 58.*

*Instrumentum nocte fieri potest, nulla noctis mentione facta. 12. 54.*

*Collatio beneficii nocte fieri potest. 13. 60. An cautio de non offendendo? 12. 55.*

## NUMERUS.

**Q** *Uo numero utantur Principes, & Magnates, dum nomen suum edere intendunt. pag. 2. num. 1. & seqq.*

## OBLIGATIO.

**O** *Mnis obligatio, seu promissio tacitam in se conditionem recepit hanc, scilicet, rebus sic stantibus, de quo dantur exempla. pag. 76. à n. 2.*

*Promissor excusatur, si vis Divina, vel magna, maior vè casus superveniat. pag. 77. n. 3.*

## ODIUM.

**V** *Id. Favor.*

## OFFICIUM.

**O** *fficium Judicis quid sit? pag. 42. Ejus denegatio aliquando injuria est. 44.*

*Ab eadè denegatione appellatio datur. 44.*

*Et Judex ad damna tenetur. 45.*

*Vid. Judex.*

*Judex ex officio procedere potest, Sacra pagina non obstante. 9. & 10. & 11.*

## ORDINATIO.

**V** *Id. Jus.*

## LIB. III.

**L** *ib. 3. tit. 59. in Ultramarinis non observatur. pag. 72. num. 37.*

*Lib. 3. tit. 86. §. 15. declaratur. pag. 25. num. 16.*

## LIB. IV.

**L** *ib. 4. tit. 70. affertur. pag. 20. numer. 142.*

## PÆNA.

**P** *æna imponi, vel irrogari nequit, nisi in casibus à jure expressis. pag. 19. n. 137.*

*Jurisdictione carens pœnam imponere non potest. pag. 19. n. 138.*

*Pœna per locatorem conductori comminari nequit. pag. 19. n. 139.*

*Pœna conventionales quatenus peti possunt. pag. 20. n. 143.*

*Pœna comminatæ, sicut cautionis ruptæ ordinario modo peti debent. p. 20. n. 144.*

## PRAXIS.

**O** *ptima legum interpret est. pag. 17. num. 102.*

*Apud Nos forensis praxis juri communi præfertur. ibid. n. 103.*

*Praxis expellendi conductores, qua in Curia Ulyssiponensi utitur, impugnatur. pag. 19. n. 35.*

*Vid. Locatio, & Pœna.*

## PRÆSES.

**P** *ræsidis officium est quietam Provinciam habere, eam malis hominibus purgando. pag. 7. n. 6.*

*Vid. Seditio.*

## PRINCEPS.

**V** *iam pacis subditis aperire, & discordias vitare debet. pag. 6. n. 1. & seqq.*

*Vid. Seditio.*

## PROBATIO.

**S** *i reus actoris intentionem neget, tùm probationibus opus est. p. 72. n. 34. Pro-*



*Probationes concludentes esse debent.*  
ibid.n.35.

*Per testes, per instrumenta, & præsumptiones fieri possunt.* ibid.n.36.

*Quid circa examinandos testes observandum sit?* pag.72.num.38.

*In Ultramarinis Ord. lib.3. tit.59. non observatur.* ibid.n.37.

## POSSESSIO, POSSESSOR.

**P** *ossidens de Judicis mandato quando justus possessor dicatur.* pag.24.num.11.

## RATIO.

**A** *dministratores, ac thesaurarii, & similes, rationes reddere debent.* pag.73.num.2.

## RECONVENTIO.

**I** *N fodinarum causis reconventioni locus sit.* pag.71.num.26. & pag.80.num.11.

## REGIMEN.

**R** *egimentum, seu potius Regimen varias significaciones habet.* 3.20. & 21.

*Apud Nos pro lege accipitur, observarique uti talis debet.* 3.22.

*Ut pote necessarium in fodinis Regimen confectum fuit.* 1. proæm.

*Regimen fodinarum per verbum Eu, incipit, & quare?* 2.11.

*Regimen fodinarum ab Ordinat. hujus Regni deductum fuit.* pag.24.n.6.

*Regimen fodinarum. S. 5. quomodo procedat?* pag.26.n.31.

*Vid. Consuetudo.*

## REGISTRUM.

**A** *N Datarum concessiones in cathalogum redigi debeant?* S. 13.

*Reg. pag. 40. & n. 1. & S. 28. pag.73. & num.1.*

*Aurum è fodinis extractum in cathalogum redigi debet.* pag.74.n.1.

## RESCRIPTUM.

**R** *Eges nostri decernentes, jussis suis varia nomina imponunt, quæ ista sint, & aliquid de eorum differentia?* pag.2.n.8. & seqq.

*Rescripta ob inconsuetam formam nulla sunt, nisi Princeps contrarium velit.* 2.n.12.

## RES.

**R** *Es agenda, prius cognosci debet.* pag.21.num.1.

## REX.

**A** *Regendo dicitur Rex.* pag.2.num.4. *An verbum ElRey, a verbo Rey, in quo differat?* 2.5 & seqq.

*Regis officium est urbes, atque homines rectè regere.* 3.14.

*Reges nostri nomen suum per numerum singularem manifestum faciunt, & quid ex hoc.* 2.1. & seqq.

*Aliàs Principes, & cæteri Magnates plurali numero utuntur.* 2.1. & seqq.

## SALARIIUM.

**S** *alarium pro labore ex omni jure debetur.* pag.37.n.1. & seqq. *ubi multa ad intentum.*

*Salarium meritis, & labori æquale esse debet.* pag.37.n.2.

*Dignus est operarius mercede sua.* pag.37.n.1. & seqq.

*Salarium quando prorata temporis solum debeat?* pag.37.n.3. & seqq.

*Quid in famulis?* pag.38.num.4.

*Salarium Officialibus fodinarum undè, & quale solvendum.* pag.38.n.6. & 7. & S.10. Regim. pag.36.

## SATISDATIO.

**V** *erbum satisfatio repromissionem continet.* pag.17.num.106.

## SCIENTIA.

**S** *cientia conjecturis, ac præsumptionibus probatur.* pag.36.num.10.

*Ita conjecturis probata vera scientia dicitur.* pag.36.num.11.

## SEDITION.

**S**editio, seu discordia quid sit? pag. 6. num. 4.  
 Civitas in discordia beata esse nequit. 6. 3.  
 Seditio inter homines plurima mala producit. 5. 2.  
 Vitari debent a Principe, & Judicibus. 6. 1. 5. & seqq.  
 De concordia, multa remissive. 6. 6.  
 Contra publici status seditiosos severius animadvertendum est. 8. 22.

## SENTENTIA.

**L**ata super cautione de non offendendo diffinitiva est. pag. 19. num. 134.  
 Sententia adversus non citatum exequi nequit. pag. 25. n. 23. & 28.  
 Quid sit tertius litigium non ignorabat. pag. 25. n. 24. & seqq.  
 Aliquando sententia scientibus non nocet, & ignorantibus nocet. p. 26. n. 26.  
 Quando non citatis noceat? pag. 27. n. 27.  
 Sententia injuste sustinende non sunt. pag. 28. num. 50.  
 Sententia quomodo ferenda sit? p. 72. n. 40

## SOLUTIO.

**T**ributi, seu vectigalis solutio testibus probari nequit. pag. 75. n. 3.  
 Solvens pro alio quando adversus eum actionem acquirat? pag. 78. n. 15. & 16.

## SPOLIUM.

**J**udex inordinate, & praxi non observata procedens spoliium committit. pag. 24. num. 12.  
 Licet post sententiam procedat. pag. 24. num. 14.  
 Spoliator ad fructus, damna, & interesse tenetur. pag. 27. n. 37.  
 An, & quando ad duplum teneatur? pag. 27. n. 39. & seqq.  
 Spoliium datur, si sententia adversus non citatum exequatur. pag. 25. n. 23.  
 Exceptio proprietatis adversus spoliium

objici nequit. pag. 26. n. 29.  
 Quid in spiritualibus? pag. 27. n. 30.  
 Circa fodinas spoliium dari potest. pag. 24. num. 10.  
 An quando materia per sententiam decisa est, spoliium dari possit? p. 24. n. 13.  
 Lex si quis in tantam. cod. unde vi, temperatur. pag. 29. n. 52.

## STATUTUM.

**S**tatuta secundum jus loci interpretanda sunt. pag. 53. num. 25.

## STYLUS.

**S**tylus mercatorum quare, & quando observandus? pag. 78. num. 17.

## SUBHASTATIO.

**S**ubhastatio in alienatione, vel distractione bonorum Principis, necessaria est. pag. 65. n. 4.  
 Et in alienatione, & locatione fiscalium. ibid. n. 5.  
 Si in ea Officialium dolus adest, illi, & participes puniendi sunt. ibid. n. 6. 7. & 8

## THESAURARIUS.

**T**hesaurarius fodinarum ex quibus eligendus? pag. 72. n. 1.  
 Thesaurarium minus idoneum eligens ex suo tenetur. ibid. n. 2.  
 Libros accepti, & expensi confiscere, ac exhibere tenetur. pag. 73. n. 3.  
 Rationes reddere debet. pag. 73. n. 2.  
 Coadjutores nominare potest, pro quibus anteneatur? §. 28. pag. 74. & n. 1. col. 1.

## TESTIS.

**I**n omni causa duo testes requiruntur. pag. 33. num. 3.

## TRIBUTUM.

Vide Vectigal.

## VECTIGAL.

**V**ectigal ex fodinis Regi debitum quomodo exigendum? p. 64. n. 1.  
 In qua specie solvendum? pag. 68. n. 1.  
 Solutio tributi seu vectigalis, testibus probari nequit. pag. 75. n. 3.  
 Fraudantes jura Regalia ultra commissi penam criminaliter puniuntur. pag. 75. num. 5.

ERRA-

# ERRATA S.

## Erros.

## Emmendas.

- P** Ag. 3. *colun. 1. n. 20. reg. 1. apnd. lege apud. d. pag. 3. colun. 2. n. 22. reg. 5. sumitur. leg. sumitur. d. pag. num. 24. reg. 2. colun. 2. pceptis. leg. pceptis.*
- Pag. 4. *reg. 3. Chancellaria. leg. Chancellaria. n. 28. colun. 1. reg. 9. condias. leg. conditas.*
- Pag. 7. *n. 10. colun. 1. reg. 1. nanque. leg. namque. d. pag. 8. colun. n. 11. reg. 3. 4. ercis cundæ. leg. erciscundæ. dict. pag. colun. 2. reg. 3. mancipare. leg. mancipari.*
- Pag. 9. *colun. 2. reg. 6. tenet. leg. teneat.*
- Pag. 10. *colun. 1. n. 35. sæculari. leg. seculari. colun. 2. n. 41. reg. 1. princip. leg. principio.*
- Pag. 12. *colun. 1. n. 48. reg. 5. exorta. leg. extorta.*
- Pag. 13. *colun. 1. n. 63. reg. 5. crebo, lege crebrò.*
- Pag. 14. *col. 1. n. 70. reg. 1. depræhensio. leg. deprehensio.*
- Pag. 15. *colun. 1. n. 86. reg. 3. comisisset. leg. commississet. num. 8. d. colun. reg. 3. bebet. leg. debet. d. n. reg. 7. temens. leg. timens. d. pag. colun. 2. n. 89. reg. 16. statum. leg. statutum. d. colun. n. 90. reg. 5. tenetur. leg. teneatur.*
- Pag. 16. *n. 91. col. 1. reg. 16. ad in vicem. leg. adinvicem. d. colun. num. 92. reg. 8. tenetur. leg. teneatur. reg. 9. debet. leg. debeat. reg. 17. 18. Leysermed. leg. Leyser. medit. colun. 2. n. 95. reg. 3. parte. leg. partes. reg. 7. expræsse. leg. expresse.*
- Pag. 17. *colun. 1. n. 97. reg. 11. promissa. leg. permiffa. colun. 2. num. 106. reg. 1. nanque. leg. namque.*
- Pag. 18. *n. 112. col. 1. reg. 1. de monstrare. leg. demonstrare.*
- Pag. 20. *colun. 1. reg. 5. punibile. leg. punitione dignum.*
- Pag. 24. *colun. 1. n. 2. reg. 1. sulum. leg. solum. n. 5. reg. 1. Datas. leg. Data. col. 2. n. 11. reg. 8. legis. leg. legi. reg. 11. ordinate. leg. inordinate. reg. 13. comittit. leg. committit.*
- Pag. 26. *num. 26. colun. 1. reg. 6. posse. leg. possunt. colun. 2. reg. 10. anquos. leg. aliquos. n. 32. reg. 4. derelictæ. leg. derelicto.*
- Pag. 30. *col. 2. n. 9. innovitur. leg. innoviter. n. 13. aurem. leg. aurum.*
- Pag. 31. *colun. 1. n. 7. reg. 8. consequenter. leg. consequuntur.*
- Pag. 32. *colun. 2. n. 1. reg. 3. premio. leg. præmio.*
- Pag. 34. *colun. 2. n. 8. corrupens. leg. corrumpens.*
- Pag. 35. *colun. 1. num. 2. reg. 3. Calumnia, Torib. leg. calumniatorib.*
- Pag. 39. *colun. 1. n. 3. reg. 3. nanque. leg. namque.*
- Pag. 40. *col. 2. in principio. reg. 5. hunc. leg. hujus.*
- Pag. 41. *colun. 1. reg. 7. e consequentias. leg. consequencias.*
- Pag. 50. *colun. 1. n. 1. reg. 5. præscitu, leg. præscripto. reg. 2. n. 6. delosi. l. dolosi.*
- Pag. 53. *colun. 2. n. 20. reg. 9. pemio. leg. præmio. colun. 2. n. 27. reg. 3. conceditum, leg. conceditum. n. 29. reg. 1. nanque, leg. namque.*
- Pag. 58. *reg. 1. Monetorum. leg. Monetarium.*
- Pag. 68. *colun. 1. n. 20. reg. 4. Quodo. leg. Quomodo.*
- Pag. 71. *col. 1. n. 15. reg. 8. conservacione. leg. conversationem.*
- Pag. 77. *colun. 1. n. 3. reg. 1. comisso. leg. promisso.*
- Pag. 80. *col. 2. n. 5. reg. 5. mayor. l. maior.*
- Pag. 81. *col. 1. n. 14. reg. 6. compertus. leg. compertum. col. 2. reg. 1. varia. l. vasa.*
- Pag. 82. *n. 22. reg. ult. fuerit. leg. fueris. n. 23. reg. penult. dispotio. l. dispositio. col. 2. n. 3. reg. 11. hui Regimini. l. hujus Regiminis. n. 4. reg. 3. quòd. leg. quod.*
- Pag. 85. *colun. 1. n. 4. reg. 3. destrui. leg. destruere.*







SOLANI  
A. VALLE  
JURIDICA

Casa  
G. B.